



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
FACULDADE DE LETRAS

ELIANE OLIVEIRA DA COSTA

VARIAÇÃO LEXICAL NAS CAPITAIS BRASILEIRAS

BELÉM
2009

ELIANE OLIVEIRA DA COSTA

VARIAÇÃO LEXICAL NAS CAPITAIS BRASILEIRAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito para obtenção do Grau de Licenciatura Plena em Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Abdelhak Razky

BELÉM
2009

Trabalho de conclusão de curso de autoria de Eliane Oliveira da Costa defendido em 23 de junho de 2009. A banca examinadora é constituída pelos professores:

Prof. Dr. Abdelhak Razky - UFPA
(Orientador)

Profa. Dra. Marilucia Barros de Oliveira - UFPA

Profa. Dra. Maria Risoleta da Silva Julião - UFPA

Ao meu pai Eliude,
à minha mãe Maria Gorete e
aos meus irmãos Edson, Elson,
Eliana e Eliene.

AGRADECIMENTOS

Registro, neste momento, os meus agradecimentos a todas as pessoas que apoiaram o meu percurso acadêmico, contribuindo para a realização do meu sonho.

A Deus pela oportunidade,

Ao prof. Razky pelas orientações e pelo incentivo à minha permanência na pesquisa;

À prof^{ra}. Marilucia pela disposição permanente;

À prof^{ra}. Risoleta pelas posteriores e valiosas sugestões;

À minha amiga Celiane pela recepção atenciosa no Projeto Atlas Geo-sociolingüístico do Pará – ALiPA e pela indicação de leituras;

Ao meu colega Ednaldo pela amizade e pela atenção;

À minha tia e madrinha Adelaide pela compra de alguns livros;

Ao meu tio Gedeon pela compra de equipamentos para o meu computador.

SUMÁRIO

Introdução	10
1. Revisão da literatura	12
1.1 Língua, dialeto, falar e variedade	12
1.2 Dialectologia e variação	14
1.2.1 Dialectologia	14
1.2.2 Os conceitos de variação em dialectologia	18
1.3 Geografia Linguística	21
1.3.1 Atlas Linguísticos no Brasil	24
1.3.2 O projeto Atlas Linguístico do Brasil – ALiB.....	26
2. Metodologia	29
2.1 Localidades	29
2.2 Informantes	30
2.3 Questionários	30
2.4 Organização do <i>corpus</i>	30
3. Análise das cartas lexicais	34
Considerações Finais	55
Referências bibliográficas	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Estratificação dos informantes	27
Quadro 02. Organização dos dados	31

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Carta explicativa	32
Figura 2 – Localização das capitais	29
Figura 3 – Mapa 1 – Carta 39a fundamental	35
Figura 4 – Mapa 2 – Carta 39b superior	36
Figura 5 – Mapa 3 – Carta 44a fundamental	37
Figura 6 – Mapa 4 – Carta 44b superior	38
Figura 7 – Mapa 5 – Carta 57a fundamental	39
Figura 8 – Mapa 6 – Carta 57b superior	40
Figura 9 – Mapa 7 – Carta 61a fundamental	41
Figura 10 – Mapa 8 – Carta 61b superior	42
Figura 11 – Mapa 9 – Carta 63a fundamental	43
Figura 12 – Mapa 10 – Carta 63b superior	44
Figura 13 – Mapa 11 – Carta 66a fundamental	45
Figura 14 – Mapa 12 – Carta 66b superior	46
Figura 15 – Mapa 13 – Carta 67a fundamental	47
Figura 16 – Mapa 14 – Carta 67b superior	48
Figura 17 – Mapa 15 – Carta 82a fundamental	49
Figura 18 – Mapa 16 – Carta 82b superior	50
Figura 19 – Mapa 17 – Carta 85 fundamental	51
Figura 20 – Mapa 18 – Carta 85b superior	52
Figura 21 – Mapa 19 – Carta 88a fundamental	53
Figura 22 – Mapa 20 – Carta 88b superior	54

RESUMO

Este trabalho, realizado sob a perspectiva teórico-metodológica da dialetologia e da geolinguística, consiste num estudo sobre variação lexical no falar de 200 informantes das capitais brasileiras, estratificados por faixa etária, sexo e escolaridade. Tem por objetivo mapear a variação diatópica (espacial), considerando as variações diastrática (sociocultural), diagenérica (referente ao sexo dos informantes) e diageracional (referente à faixa etária dos informantes), a partir da seleção de dois campos semânticos – atividades agropastoris e fauna – do Questionário Semântico-Lexical – QSL. A metodologia adotada é a do Projeto Nacional Atlas Linguístico do Brasil – ALiB, no qual este trabalho se insere. O resultado desta pesquisa foi a realização de vinte cartas lexicais que mostram, acima de tudo, a quantidade de designações para um único referente, isto é, a variedade linguística e aponta, ainda, para uma tendência na qual se verifica a existência de três falares: o do Norte, o do Nordeste e o do Sul.

Palavras-chave: Dialetologia. Léxico. Variedade linguística.

ABSTRACT

This study is undertaken under the theoretical and methodological perspective dialectology and geolinguistics. It aims at studying the lexical variation of 200 Brazilian informants of the capital cities of Brazil. The participants are stratified by age, sex and education. The final goal is the elaboration of lexical linguistic maps to describe the diatopic (space), diastratic (sociocultural), diagenetic (referring to the sex of the informants) and/or diagenetic (referring to the age of informants) aspects of lexical variation. The data is drawn from the Linguistic Atlas of Brazil project (ALib) by operating a selection of two semantic fields – agropastoral activities and fauna – from Lexical-Semantic Questionnaire – QSL. The methodology follows the recommendations the ALib project. The result of this research was the elaboration of 20 lexical maps. The results suggest a great deal of lexical variation in Brazil and point to the fact that dialectal space in Brazil tends to be divided in three regions: the North, the Northeast and South.

Keywords: Dialectology. Lexicon. Linguistic variety.

.

INTRODUÇÃO

O léxico é a primeira instância de nomeação do mundo. O homem, desde os tempos primitivos, sentiu necessidade de nomear, utilizando signos linguísticos, a sua realidade material e psicológica. Assim, o desenvolvimento das civilizações faz com que novas realidades surjam, aumentando, deste modo, o conjunto de itens lexicais. Além disso, segundo Isquierdo (2001, p. 14), o “léxico de uma língua natural pode ser identificado com o patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística ao longo de sua história”.

É no léxico, também, que vemos, com maior clareza, a movimentação da língua, já que o léxico se constitui um sistema aberto e dinâmico, isto é, a cada momento sócio, histórico e cultural novas palavras surgem em detrimento do desaparecimento total ou parcial de outras. Daí a importância de se registrar os diversos estados que a língua assume ao longo do tempo. Importância essa atestada por Antenor Nascentes, no prefácio de *O linguajar carioca* (1922), quando lamenta, por ele e por todos os outros estudiosos que estavam iniciando o estudo do português brasileiro, o fato de não ter nenhum registro sobre o falar de 1822.

A investigação do léxico, no Brasil, tem motivado estudiosos preocupados com o registro da diversidade dialetal. Os dialetólogos e os geolinguístas têm contribuído significativamente para o mapeamento da realidade lexical brasileira. O maior exemplo é a concretização do projeto nacional Atlas Linguístico do Brasil – ALiB, desde 1996.

A escolha do tema “variação lexical” justifica-se pela nossa integração ao projeto ALiB, região Norte, que objetiva descrever a variedade fonético-fonológica, morfológica, sintática e lexical da língua portuguesa, visando à concretização do Atlas Linguístico do Brasil em que os diferentes usos linguísticos são levados em consideração como indicadores de diferença e de identidade de uma comunidade, haja vista que cada lugar, região e/ou país se caracteriza não só pelos seus aspectos físicos, econômicos e políticos, mas também pelas suas particularidades culturais e linguísticas.

Este trabalho, então, colabora para a descrição do léxico, contribuindo para a ampliação dos estudos de geografia linguística no Brasil e, também, para uma nova visão na qual as dimensões espaciais e socioculturais da língua são levadas em consideração. Tal visão, de fato, precisa ser assumida pelos professores de língua materna, para que se tenha um ensino de língua portuguesa voltado para a variedade linguística e não, tão somente, para a gramática normativa. Além disso, constitui uma fonte de pesquisa para estudiosos das outras áreas de conhecimento como os antropólogos e os sociólogos.

Três capítulos integram este trabalho. No primeiro, dedicado à revisão da literatura, discorremos sobre língua, dialeto, falar e variedade. A seguir, apresentamos a dialetologia, abordando os movimentos que a antecederam. Em seguida, explicamos as variações a que as línguas naturais estão sujeitas e delimitamos o interesse da dialetologia por tais variações.

Ainda no capítulo em questão, discorremos sobre a geografia linguística, destacando o *Atlas Linguístico da França* e citamos os atlas linguísticos que foram publicados na Europa e na América. Feito isso, passamos a abordar o desenvolvimento da geografia linguística no Brasil, ressaltando o *Atlas Prévio dos Falares Baiano* e mencionamos os atlas já publicados neste país, bem como os que estão em andamento. Finalizamos com a apresentação do projeto ALiB e da sua metodologia.

No segundo capítulo, apresentamos a metodologia utilizada, informando as localidades investigadas, o número de informantes que compõem o *corpus* deste trabalho, o questionário utilizado e a forma de organização dos dados.

No terceiro capítulo, apresentamos, primeiramente, os resultados da análise das dez cartas lexicais que dizem respeito ao campo semântico atividades agropastoris e em seguida das dez cartas referentes ao campo semântico fauna, segundo a ordem do Questionário Semântico Lexical – QSL.

1. REVISÃO DA LITERATURA

1.1 Língua, dialeto, falar e variedade

Num trabalho como este, é importante fazermos referência a alguns conceitos que são fundamentais e que estão sempre presentes nas discussões dialetológicas, tais como língua, dialeto, falar e variedade. Entender em que consiste cada um deles é necessário para delimitação e compreensão do objeto de estudo da dialetologia.

A língua é, por excelência, um instrumento de comunicação social. Por meio dela, o homem projeta o processo de criação e recriação da sua realidade, mediante a interação que estabelece consigo mesmo e com os outros. Além disso, promove a sua identidade social, pois denuncia o seu país e/ou região de origem, o grupo social do qual faz parte, etc. no momento em que fala. Segundo Ferreira & Cardoso (1994, p. 11), língua é:

Um sistema de sinais acústicos orais, que funciona na intercomunicação de uma coletividade. É resultado de um processo histórico, evolutivo. Fala-se, portanto, de uma língua histórica portuguesa, espanhola, francesa, etc., ou seja, existe em cada uma delas uma estrutura fônica, gramatical e lexical definida e distinta das demais. Cada uma dessas estruturas, a do português, a do espanhol, a do francês, etc., é resultado de uma língua anterior, o latim, que teve sua própria organização estrutural modificada no tempo e no espaço.

Já o termo dialeto vem sendo discutido desde a antiga Grécia. Para a abordagem histórica do mesmo, utilizaremos Elia (2000). De acordo com esse estudioso (op. cit, p. 10), o termo vem do grego *diálektos* que significava conversação, isto é, a forma que as pessoas falam. Assim, como a linguagem identifica, dialeto passou a ser entendido como a maneira de falar própria de uma região. Afirma, ainda, que o termo estava mais particularmente relacionado à língua escrita, o que dava ao regional um caráter literário. Deste modo, existia o dialeto eólico (mais adequado ao lirismo) utilizado na Beócia, na Tessália, na Ilha de Lesbos, o dórico (preferido para poesia coral) empregado em um terço do Peloponeso, nas ilhas de Creta e Rodes e o ático (apropriado para comédia e tragédia) usado na Ática, na Ilha de Eubéia.

Passando a refletir sobre a concepção de dialeto em Roma, Elia (op. cit, 11) esclarece que nesta cidade não havia dialeto propriamente dito, mas sim diversos falares como o falisco, o prenestino e o latim, que se consolidou como língua oficial em todo o território romano.

Além deste último, os romanos consideravam apenas o grego como língua. Por outro lado, havia, ainda, as diferenças de ordem socioletais as quais provocavam maior incômodo, já que:

A *boa* linguagem era a dos homens cultos, particularmente de Roma, a *Urbs* por excelência. Daí a *urbanitas*. À *urbanitas* opunha-se o linguajar tosco dos camponeses, a *rusticitas*. Também se devia evitar as contaminações de falares estranhos, a *peregrinitas*. Mesmo provincianismos poderiam macular a pureza do *sermu latinus* (ELIA, 2000, P. 11).

No tocante à idade média, o autor (op. cit, p.11) explica que não tinha dialeto no sentido de oposição à língua. Existiam dois latins: o *latim universitário*, que era a língua culta, e o latim falado que se apresentava muito diferente da língua escrita e que se diversificava conforme a região. Assim é que se entendeu dialeto neste período histórico: Como um “feixe de idioletos similares” HOCKETT (apud ELIA, 2000). Mais tarde, com a formação dos Estados nacionais, um só dialeto se tornou língua oficial e todos os outros permaneceram como dialeto.

É ainda em Elia que encontramos a concepção popular do termo segundo a qual dialeto é uma forma corrompida da língua culta. Porém, o autor assinala que “essa corrupção ou alteração [...] existe, mas é mais própria das diferenças socioletais que das dialetais, pois o dialeto também apresenta variedade de cunho social” (op. cit, p. 12).

Por fim, para completar as informações de Elia, exporemos as concepções de dialeto dos estudiosos da linguística moderna. Para CÂMARA JR. (apud RECTOR, 1975), por exemplo, “os dialetos são línguas regionais que apresentam entre si coincidência de traços linguísticos fundamentais.” Neste caso, podemos dizer que cada região tem uma língua que possui marcas morfossintáticas, fonético-fonológicas e lexicais que as especificam e as identificam, sendo possível falar na língua e/ou dialeto de Portugal, de Guiné-Bissau, etc.

Além de Câmara Jr., outra definição para o conceito em questão é a que apresenta o dialetólogo Manoel Alvar. Para ele, os dialetos não são línguas, mas sim estados que elas assumem no espaço geográfico. Dialeto para esse autor, então, é:

O sistema divergente de uma língua comum, viva ou desaparecida, normalmente com uma concreta limitação geográfica, mas sem forte diferenciação frente a outros de origem comum. Em sentido amplo, é qualquer variedade linguística – de natureza geográfica ou sociocultural – que constitui um sistema unitário singular MANOEL ALVAR (apud BRANDÃO, 1991).

Ao perpassarmos pelos conceitos de língua e de dialeto, chegamos à definição dos termos falar e variedade. Para MANOEL ALVAR (apud BRANDÃO, 1991), existem dois

falares: os locais e os falares regionais. Os primeiros são marcas linguísticas específicas de uma localidade, enquanto parte de uma região. Por exemplo, na região Norte, existe o falar paraense, no Nordeste, o pernambucano e assim por diante. Do mesmo modo, os segundos constituem traços lingüísticos particulares de regiões específicas de um país. Assim, no espaço brasileiro, existe o falar nortista, o nordestino, etc.

Já a variedade compreende um “sistema de expressão linguística que pode ser identificado pelo cruzamento de variáveis linguísticas (fonéticas, morfológicas, sintáticas, etc.) e de variáveis sociais (idade sexo, região de origem, grau de escolaridade, etc.)” (CALVET, 2002, p. 170). Esse cruzamento linguístico promove a diferença entre as línguas, entre os dialetos, entre os falares. Assim, o português do Brasil e o português de Portugal são variedades da língua portuguesa, o dialeto nortista e o dialeto nordestino são variedades do português brasileiro e assim por diante.

1.2 Dialetoлогия e variação

1.2.1 Dialetoлогия

Antes de apresentarmos a definição de dialetoлогия e de apontarmos o seu objetivo, pensamos que é fundamental retomar as correntes linguísticas que a antecederam, para que possamos situá-la na história dos estudos linguísticos, haja vista a sua importância enquanto movimento de reação às formas anteriores de compreender os fatos de linguagem.

A língua escrita foi, durante muito tempo, o único objeto de estudo da ciência da linguagem. Os comparatistas, cujos estudos se destacaram no século XIX, tinham como objeto de estudo os textos escritos e objetivavam, usando a técnica de comparar as línguas, método histórico-comparativo, chegar ao indo-europeu que, segundo eles, era a língua mãe ou protolíngua, isto é, uma língua dotada de naturalidade e de pureza. “Tratava-se da tentativa de reconstruir o estado ideal da língua. Uma volta, pois, à Idade de Ouro, quando o ser humano falava uma língua regular e perfeita, tão distante das corrupções a que estavam sujeitos os idiomas modernos” (RAMANZINI, 1990, p. 22).

Nas últimas décadas do mesmo século, na universidade de Leipzig, na Alemanha, um grupo de estudiosos abandonou a idéia de que existia uma língua primitiva e pura, o que significou, naquele momento dos estudos linguísticos, a ruptura com as orientações comparatistas. Os neogramáticos, como eram chamados, reconheciam a importância de se estudar a língua no seu contexto de funcionamento e defendiam que no nível fonético-

fonológico, as línguas mudam e que essa mudança ocorre igualmente na estrutura sonora das palavras de uma dada língua. Essa teoria tinha o respaldo das leis fonéticas que, de acordo com eles, agem sobre as formas da língua de forma regular. Assim, os fatos reconhecidos como exceção à mudança, eram explicados por meio de conceitos como empréstimo e analogia. Segundo Ilari (2006 p, 19):

Os neogramáticos ganharam espaço no universo acadêmico da época propugnando uma propaganda que afrontava ostensivamente as orientações comparativistas vigentes. Fizeram troça do propósito que havia animado seus predecessores no domínio da lingüística Indo-européia [...] Na prática, o trabalho dos neogramáticos se caracterizou por uma exigência de extremo rigor, que se traduziu na crença de que a “leis” da evolução fonética agem de maneira absolutamente regular, admitindo exceções apenas quando a sua ação é contrariada pela ação da força psicológica da analogia.

Os neogramáticos buscaram estudar e conhecer a língua de acordo com os seus ideais e com sua rigorosa metodologia. Porém, em desacordo com esses estudiosos, estavam os dialetólogos, pois a dialetologia, que já vinha se desenvolvendo, de forma não sistemática, proporcionou meios por meio dos quais se pôde contrariar a teoria neogramática, ou seja, se conseguiu mostrar que as mudanças sonoras reconhecem exceções. Neste sentido, é importante assinalar que, segundo Rodriguez (2007, p.1), os estudos dialetais já eram realizados mesmo antes do período neogramático, nos primórdios do século XIX, por Graziadio Isaia Ascoli que realizou estudos sobre os dialetos do norte da Itália. Brandão (op. cit, p. 7) afirma que os dialetos já eram percebidos antigamente pelos gregos e pelos romanos. Os primeiros distinguem quatro variantes regionais da sua língua: o eólico, o jônico, o dórico e o atíco e os segundos percebiam a variabilidade de natureza social, haja vista a sociedade extremamente estratificada, o que permitia, com relação à linguagem, a percepção de uma subclassificação, como *sermo urbanus*, *sermo plebeius*, *sermo rusticus*¹.

Contudo, é no século XX, com o desenvolvimento e aplicação do método geolinguístico, que a dialetologia se consolida enquanto ciência de investigação das diversas formas de realização da língua. Os dialetólogos e os geolinguístas, por meio da pesquisa *in loco*, conseguem provar que as línguas naturais não são estanques, imutáveis, ao contrário, elas mudam de acordo com o espaço onde são faladas; com as pessoas que as falam. Assim, com o objetivo de registrar a variação diatópica das línguas, considerando os fatores sociais, a referida ciência ganha espaço com a realização dos atlas lingüísticos. Neste sentido, Brandão (op. cit, p. 79) assinala:

¹ Conforme páginas 3 e 4.

Em sentido restrito, [a dialetologia] é a disciplina que se ocupa do estudo dos dialetos e falares, isto é, das variedades de natureza geográfica de uma língua. Em sentido amplo, é a disciplina que tem por objeto de estudo os dialetos, estes considerados como quaisquer variedades de uma língua. Sendo assim, pode-se falar em dialetologia horizontal e dialetologia vertical. A primeira ocupar-se-ia das variações diatópicas ou de natureza espacial. A segunda, das variações diastráticas ou de cunho sociocultural.

De acordo com Cardoso (2001, p. 1), dois marcos direcionaram de forma ampla e definitiva os estudos dialetais: o levantamento de dados da realidade alemã, feito por Wenker, por ocasião da realização do *Atlas Linguístico da Alemanha Setentrional e Central* (1881) e a recolha sistemática para o *Atlas Linguístico da França* (1902-1910), por Gilliéron e Edmont.

No Brasil, segundo Cardoso (1999, p. 2-3), os estudos dialetais tiveram três fases: a primeira vai de 1826 a 1920, período em que foi publicado *O dialeto caipira* de Amadeu Amaral, e é caracterizada pela intensa produção de trabalhos com base no léxico. Nesse momento, foram publicados dicionários, vocabulários e léxicos regionais. A segunda teve início em 1920 e vai até 1952 e é caracterizada pela preocupação com pesquisa diatópica *in loco*, considerando, além dos aspectos lexicais, os fonético-fonológicos e os morfossintáticos. Nesse período, começa, de forma sistemática, o desenvolvimento da geografia linguística no território nacional. A terceira teve início em 1952, quando foi determinado por lei a criação de um atlas linguístico para território brasileiro e quando pioneiros como Amadeu Amaral, Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha e Nelson Rossi, se esforçaram para que os estudos dialetais fossem feitos de acordo com os princípios da geolinguística.

Esses estudiosos da língua portuguesa, ao buscarem os meios e mostrarem os caminhos, foram responsáveis pelo desenvolvimento e avanço da dialetologia brasileira. A prova maior dessa contribuição é o número de atlas regionais publicados e em andamento. Neste sentido, Amadeu Amaral foi o primeiro estudioso que chamou a atenção para o fato de que era preciso sistematizar os estudos dialetológicos, já que o português do Brasil apresentava muitas variedades, que só poderiam ser discriminadas a partir do momento em que se criasse uma metodologia específica. Desta forma, apontou a necessidade da pesquisa *in loco* porque, por meio dela, teriam dados linguísticos concretos que gerariam conclusões verdadeiras a respeito da língua, eliminando falsas hipóteses. “Só assim se saberia com segurança quais os caracteres gerais do dialeto brasileiro, ou dos dialetos brasileiros, quantos e quais são os subdialetos, o grau de vitalidade, as ramificações, o domínio geográfico de cada um.” AMADEU AMARAL (apud FERREIRA & CARDOSO, 1994).

As pesquisas dialetais ganharam espaço a partir de 1920, quando Amadeu Amaral publicou *O dialeto caipira*, pois essa obra constitui não só a base para a elaboração das ferramentas (ficha do informante, questionários, etc.) que iriam formar uma metodologia para a pesquisa dialetológica, por aqueles que o sucederam, mas também um ponto de partida para aqueles que quisessem desenvolvê-las em forma de monografia.

Seguindo Amadeu Amaral, Antenor Nascentes publicou obras importantíssimas para o desenvolvimento dos estudos dialetais. Na primeira edição de *o Linguajar Carioca*, publicada em 1922, o autor, partindo do exame de outras divisões dialetais existentes, como a de Júlio Ribeiro e a de Rodolfo Garcia, dividiu o Brasil em áreas linguísticas. Três décadas mais tarde, em 1953, na segunda edição da referida obra, apresentou uma divisão reformulada dos falares brasileiros a que declarou ter chegado depois ter viajado por todo o país. NASCENTES (apud CARDOSO, 2009) diz que essa divisão teve como base ‘a cadência e a existência de pretônicas abertas em vocábulos que não sejam diminutivos nem advérbios em mente’. O Brasil, então, foi dividido em duas grandes áreas linguísticas: a que compreende os falares do Norte (o amazônico e o nordestino) e a que abrange os falares do Sul (o baiano, o mineiro, o fluminense e o sulista).

A segunda edição de *O Linguajar Carioca* “torna-se importante não só por ter sido “completamente refundida”, mas, sobretudo, por apresentar o resultado da reformulação de conceitos e propostas” (BRANDÃO, 1991, p. 45). No que diz respeito à proposta, nenhuma outra foi apresentada e os trabalhos geolinguísticos, hoje desenvolvidos, sobre quaisquer componentes linguísticos, baseiam-se e/ou consultam tal divisão.

Outra obra fundamental na história da dialetologia brasileira, publicada em 1958, por Antenor Nascentes, são as *Bases para a elaboração do Atlas linguístico do Brasil*. Nessa obra, o autor apresenta as diretrizes para a realização do Atlas Linguístico do Brasil, recomenda a elaboração, primeira, dos atlas regionais, haja vista a extensão territorial do Brasil e pontua os aspectos metodológicos do trabalho dialetal, tais como: a anotação de dados sobre o informante, as notas sobre as localidades, o questionário provisório, organizado por campo semântico e uma rede de pontos formada por diferentes Estados Brasileiros.

Outra figura importante para os estudos dialetais é Serafim da Silva neto. Nele, a dialetologia brasileira encontrou um forte empenho para a sua implantação enquanto meio fundamental de registro e de investigação da língua portuguesa. Assim, ciente de que era preciso coletar e estudar os diversos falares existentes no Brasil, declarou ser indispensável formar uma mentalidade dialetológica nacional, sugerindo que as Faculdades de Filologia, hoje denominadas Institutos de Letras, realizassem, anualmente, curso de Dialetologia

Brasileira, que os professores direcionassem os alunos para a pesquisa dialetal e que os conhecimentos produzidos pelos estudiosos da língua fossem ligados aos produzidos pelos da Antropologia Social.

Além disso, Serafim da Silva Neto incentivou a realização do atlas linguístico sem deixar de enfatizar a importância dos estudos dialetológicos nas suas diversas modalidades. Em *Guia para estudos dialetológicos* (1957), por exemplo, ressalta a pesquisa *in loco*, esclarecendo aspectos da sua metodologia, aponta temas que podem ser estudados e apresenta um esboço de questionário e anexa mais um questionário dividido em três grandes campos semânticos (terra, animais e homem), cuja aplicação destinava-se ao Amazonas.

De igual importância para a dialetologia brasileira foi a contribuição de Celso Cunha, uma vez que divulgava as novas teorias linguísticas, bem como os eventos nos quais se discutiam assuntos da área como, por exemplo, o 1º Congresso Brasileiro de Etnografia e Dialetologia, realizado em 1958, em Porto Alegre e o 1º Simpósio de Filologia Românica que ocorreu no mesmo ano. Brandão (op. cit, p. 49) diz que esses eventos aconteceram no momento em que se buscava formar a mentalidade dialetológica nacional de que tanto falava Serafim da Silva Neto. Também acreditava na necessidade de se realizar o Atlas Linguístico do Brasil e, assim como Antenor Nascentes, defendia a realização primeira dos atlas regionais.

Ferreira e Cardoso (op. cit, p.47) afirmam que Celso Cunha tornou-se um “incentivador da implantação da geografia linguística no Brasil e acompanhou, de tão perto quanto a distância permitiu, pelo menos o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (1963) e o *Atlas linguístico de Sergipe* (1987).”

Não poderíamos deixar de falar, também, de Nelson Rossi, já que foi o primeiro a aplicar no Brasil o método geolinguístico, com a realização do *Atlas Prévio dos Falares Baianos* – APFB e, posteriormente, do *Atlas linguístico de Sergipe* – ALS, a partir do trabalho de pesquisa dialetal, que desenvolveu na Universidade Federal da Bahia – UFBA.

1.2.2 Os conceitos de variação em dialetologia

Não poderíamos fazer um trabalho sobre variação linguística sem direcionarmos pelo menos um subtópico para o referido assunto. Deste modo, antes de tudo, pensamos que é importante esclarecer o que é uma variante e o que é uma variável, para, posteriormente, pontuar as variações a que as línguas naturais estão sujeitas e, finalmente, mostrar o interesse da dialetologia por essas variações.

Um informante, ao responder a questão oitenta e cinco do Questionário Semântico-Lexical – QSL (... aquele inseto pequeno, de perninhas compridas, que canta no ouvido das pessoas, de noite?), usou as seguintes formas: carapanã, muriçoca e pernilongo. Cada uma delas constitui uma variante. O conjunto dessas variantes forma uma variável. Neste caso, a variável lexical, que é uma variável linguística. Assim, “duas ou mais formas distintas de se transmitir um conteúdo informativo constituem, pois, uma *variável linguística*. As formas alternantes, que expressam a mesma coisa num mesmo contexto, são denominadas de *variantes linguísticas*” (MONTEIRO, 2000, p. 59).

Do mesmo modo, quando levamos em consideração o fator social, percebemos que as referidas formas foram usadas tanto por homens quanto por mulheres. Ambos os gêneros são, então, variantes que constituem uma variável. Neste caso, a variável sexo, que é uma variável social.

Explicadas tais nomenclaturas, é válido ratificar que toda e qualquer língua varia interna e externamente. A variação, portanto, é inerente a todo sistema linguístico. Assim, podemos perceber o fenômeno da variação sob quatro perspectivas: a do espaço, a do tempo, a da modalidade expressiva e a dos extratos socioculturais.

No primeiro caso, temos que a língua ocorre de forma diferente em cada país e/ou região. Tal diferença se reflete na pronúncia, na morfologia, na sintaxe e no léxico da própria língua. Neste sentido, tomando a língua portuguesa, podemos dizer que ela se realiza diferentemente no Brasil, em Portugal, em Angola, etc. À variação da língua em função do espaço, dá-se o nome de variação diatópica. Sobre essa relação da língua com o espaço, Brandão (op. cit, p. 6) bem exemplifica:

Se alguém afirmasse “Estes gajos que estão a esperar o elétrico são uns gandulos”, não se hesitaria em classificá-lo como falante da língua portuguesa, em sua variante lusa, que se estaria expressando na modalidade coloquial distensa. Se, por outro lado, se ouvisse “Se abanquem tchê!”, saber-se-ia que se tratava de um falante de língua portuguesa, em sua variante brasileira, natural do sul do país, que também se expressou na modalidade coloquial distensa.

No segundo caso, é fato que as línguas são instáveis e mudam com o passar do tempo. Ao contrário da língua escrita, a língua falada se renova com muita rapidez, de modo que o português que se falou no passado não é mais o que falamos hoje e, certamente, o que falamos hoje não será o que se falará no futuro. A movimentação da língua, neste sentido, é bem mais visível no léxico, já que a criação de novas tecnologias aumenta o número de palavras novas e, conseqüentemente “aposenta” várias outras. “O primeiro dado que se apresenta na definição da língua é a constatação de que a linguagem apresenta um aspecto estático e

dinâmico ao mesmo tempo, pois a cada momento ela é atual e produto do passado.” RAMAZINI (1990, p. 26). A variação da língua em função do tempo é chamada de variação diacrônica.

No terceiro caso, é certo que as pessoas usam linguagens diferentes de acordo com o lugar de enunciação, com a situação comunicativa na qual estão inseridas e com o grau de intimidade que têm com seus interlocutores. Isso é interessante porque a própria situação molda, naturalmente, um determinado tipo de linguagem, e a escolha das palavras, a forma de expressá-las, as atitudes e o comportamento do falante acabam apontando essa linguagem, que, por sua vez, denuncia o lugar de enunciação, o emissor e o interlocutor envolvidos no processo de interação. Assim, percebemos que a linguagem é como a roupa que vestimos: existe uma adequada para cada ocasião e/ou situação, de modo que é preciso saber adequá-la para que a comunicação ocorra de forma satisfatória. A variação da língua em função da modalidade expressiva é denominada variação diafásica.

No quarto e último caso, é interessante discutir cada uma das variáveis sociais, tais como: faixa etária, sexo e grau de escolaridade.

Com relação à idade, muito claro está que existem diferenças entre a maneira de falar de uma criança, de um adulto, de um idoso e de um adolescente. Monteiro (op. cit, p. 76) cita, a título de exemplificação, o período de aquisição da linguagem, quando a criança modifica, por não conseguir pronunciar direito os fonemas, estruturas fonéticas e morfossintáticas padronizadas, formando construções do tipo: *tatolim*, (para cachorrinho) e *eu sabi* (para eu soube). Por outro lado, na fala de um adolescente são comuns expressões inovadoras, ao passo que na de um idoso ou na de um adulto, são freqüentes formas lingüísticas antigas como retrato (fotografia), fotocópia (xerox), corpete (sutiã), etc. Daí a importância de se considerar as diversas idades porque só assim será possível registrar a língua em sua totalidade. No campo da dialetologia, à variação da língua entre as faixas etárias, dá-se o nome de variação diageracional.

No que diz respeito à variável sexo, bem visível está a diferença existente entre a fala de homens e mulheres. Monteiro (op. cit, p. 71) assinala que:

Além da diferença no ritmo e tom de voz [entre homens e mulheres], há preferências por certas estruturas sintáticas, pelo emprego de determinados vocábulos ou fórmulas de cortesia, bem como pela omissão de outros em função das conotações que possam apresentar.

O autor diz, ainda, que a condição da língua como fato social determina as diferenças lingüísticas ligadas ao fator sexo, uma vez que são vários os papéis sociais que um indivíduo pode assumir, dependendo do lugar de enunciação. Assim, assinala que há uma pressão da sociedade sobre os indivíduos, fazendo com que eles tenham atitudes lingüísticas diferenciadas e que essa pressão tem maior repercussão sobre a mulher devido ao fato de exigir dela um comportamento socialmente mais correto. Deste modo, é comum no discurso das mulheres, o uso de formas da variedade padrão, de formas conservadoras, etc.

Por outro lado, no discurso do homem, devido ao conceito que sem tem de masculinidade, por exemplo, são mais comuns formas da variedade não-padrão da língua, uma vez que se espera dele uma linguagem menos elegante; mais rude. “Por isso, os homens e as mulheres falam como falam, porque sentem que um tipo particular de língua é mais adequado aos seus sexos e sabem que essa adequação é forçada por várias questões sociais” (op. cit, p. 75-76). Em dialetologia, à variação da língua em função do sexo, dá-se o nome de variação diagenérica.

No que se refere à escolaridade, é muito perceptível a diferença que existe entre a fala das pessoas que freqüentaram pouco a escola e a fala das pessoas com alto nível de escolarização. Essa diferença se reflete em todos os níveis lingüísticos: o fonológico o morfológico, o sintático e o lexical. Assim, segundo Monteiro (op. cit, p. 65), se o falante é analfabeto ou de baixo nível de escolaridade poderá usar formas como *vrido*, *pranta* ou construções como *nós veve*, *ele viu ele*. Essas construções acabam sendo estigmatizadas, haja vista a eleição de uma única variedade da língua como “correta”, a variedade das classes dominantes. Na verdade, sabemos que todas as realizações da língua constituem variedades, até mesmo a padrão.

A dialetologia interessa-se pelas variáveis lingüísticas (morfológica, fonético-fonológica, sintática e lexical), promovendo o estudo diatópico das mesmas, sob uma perspectiva sincrônica. No entanto, faz o controle das variáveis sociais por acreditar que a variação diastrática não é indiferente à variação diatópica.

1.3 Geografia Linguística

Neste tópico, definiremos a geografia lingüística, assinalaremos a sua eficiência enquanto método da dialetologia, bem como a sua origem. Feito isso, discorreremos, particularmente, sobre o *Atlas Linguístico da França* e citaremos os atlas lingüísticos publicados na Europa e na América.

A Geografia Linguística é um método linguístico e geográfico que nasceu na Europa, no final do século XIX, início do XX. Consiste na elaboração de cartas linguísticas, nas quais são registrados traços fonético-fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais, delimitados por isoglossas², específicos de uma determinada região. Assim, o conjunto dessas cartas constitui um Atlas Linguístico³.

Com a aplicação do método geolinguístico, podemos ter uma visão clara da distribuição das formas linguísticas não só sob a perspectiva diatópica, mas também sob a diastrática, a diagenérica e a diageracional, uma vez que se faz o controle de fatores de ordem extralinguística. O estudioso da linguagem terá possibilidade de refletir sobre cada uma dessas variações, bem como sobre a movimentação das variantes e/ou concorrência de uma com as outras. Sobre o exposto, Cardoso (2001, p. 12) assinala:

Creio que a geolinguística hoje, neste final de milênio, começo de um novo, deve continuar a priorizar a variação diatópica, abrindo, porém, espaço para o controle de outras variáveis como sexo, idade e escolaridade, sem a busca obcecante da quantificação, mas tomando-as, de forma exemplificativa e não exaustiva, de modo a complementar os próprios dados areais, pois, não se propondo dizer o absoluto – essa é a região exclusiva de tal ou qual fenômeno –, retrata as particularidades sem assegurar o caráter de exclusividade.

A primeira manifestação no sentido de realizar um trabalho de cunho geolinguístico partiu do alemão George Wenker. Ele era adepto da teoria neogramática e, buscando investigar a aplicabilidade dessa teoria nos dialetos alemães, elaborou o *Atlas Linguístico da Alemanha Setentrional e Central*, cuja publicação, somente de um capítulo, foi em 1881.

De acordo com Cardoso (2001, p. 1-2), esse atlas documentou a realidade linguística de várias localidades alemãs, a partir de um questionário que foi enviado às escolas dos locais a serem investigados, para, posteriormente, ser repassado às mãos dos instrutores. Os fatores de ordem sociocultural como faixa etária, o sexo e a escolaridade, não foram levados em consideração.

O referido atlas tem o mérito de ser um avanço para o desenvolvimento da dialetologia, haja vista não só a documentação de fenômenos linguísticos em regiões

² Por isoglossa entende-se uma linha virtual que marca o limite, também virtual, de formas e expressões linguísticas. As isoglossas podem delinear contrastes e conseqüentemente apontar semelhanças em espaços geográficos (isoglossas diatópicas), podem mostrar contrastes e semelhanças linguísticas sociais (isoglossas diastráticas) ou ainda podem configurar diferenças de estilo (isoglossas diafásicas) (FERREIRA e CARDOSO, 1994, p. 12-13).

³ Um atlas linguístico é um conjunto de mapas que se registram traços fonéticos, lexicais e/ou morfossintáticos característicos de uma língua num determinado âmbito geográfico. [...] é um repositório de diferentes realizações que constituem as diversas normas que coexistem num sistema linguístico e que configuram seus dialetos e/ou falares. (BRANDÃO, 1991, p. 25).

diferentes, mas também a possibilidade de fazer a comparação entre esses fenômenos. Podemos concluir, então, a falta da pesquisa *in loco* e o fato de os dados sociais dos informantes não serem considerados como pontos negativos. Já a pesquisa diatópica e a comparação dos dados coletados por meio dessa pesquisa podem ser consideradas como pontos positivos.

Apesar de as primeiras manifestações geolinguísticas terem ocorrido na Alemanha, é à França que se atribui o nascimento do método geolinguístico, porque lá foi desenvolvido, por Gilliéron e Edmont, de forma mais ampla e sistemática. Assim, no mundo, o *Atlas Linguístico da França (ALF)*, elaborado por ambos os pesquisadores, foi o primeiro a ser produzido conforme os padrões geolinguísticos.

A recolha de dados para a elaboração do referido atlas começou em 1897. Edmond, designado inquiridor por Gilliéron, andou por 639 localidades nas quais aplicou aos informantes um questionário com estrutura inicial de 1.400 e final de 1.920 perguntas. O colaborador do discípulo de Gaston Paris não era linguista, mas já havia desenvolvido estudos na área do léxico, mostrando habilidade para transcrever os fatos fonéticos.

O fato de Edmond desconhecer as teorias linguísticas possibilitou maior acuidade e coerência ao registro da fala. Assim, em cadernos, as respostas emitidas pelos informantes eram anotadas e, posteriormente, enviadas a Gilliéron. Este, imediatamente, fazia a análise dos dados, de modo que, já em 1902, os três primeiros fascículos, de um total de 35, foram publicados.

Segundo Brandão (op. cit, p. 11), o *Atlas Linguístico da França (ALF)* constitui uma coleção de formas linguísticas que podem ser analisadas por meio da comparação entre si. Nele, “ressaltam-se regiões conservadoras e inovadoras, centros de irradiação cultural, zonas de transição, o que permite que se estabeleçam, com base em combinações de traços linguísticos comuns, de isoglossas, os limites entre os falares.” Com ele desenvolveu-se a pesquisa *in loco* e o controle dos fatores sociais. Além do ALF, também é de autoria dos autores o *Atlas Linguístico da Córsega* (1914/1915).

Seguindo Gilliéron e Edmont, vários linguistas documentaram a variedade linguística em seus países, elaborando e publicando atlas linguísticos, tais como: o *Atlas Linguístico de Roman* (1996); o *Atlas Linguarum Europae* (1998); o *Atlas Linguístico Galego* (GARCIA & SANTAMARIA, 1990); o *Atlas Linguístico e Etnográfico da Itália e da Suíça Meridional* (JUD & JABERG, 1928-1940); o *Atlas Linguistique de la Gascogne* (SÉGUY *et al.*, 1954-1973); o *Atlas Linguístico de Castilla y León* (ALVAR, 1999); o *Atlas Linguístico da Itália e da Suíça Meridional* (JABERG & JUD, 1928-1940); o *Atlas Linguístico-Etnográfico de*

Andaluzia (ALVAR); o *Atlas Linguístico Italiano* (BARTOLI e PELLIS, 1933); o *Atlas Linguístico-Etnográfico Italiano da Córsega* (BOTTIGLIONE, 1933-1942); o *Linguistic Atlas of New England* (KURATH et al., 1939-1943); o *Atlas Linguístico da Catalunha* (GRIEGA, 1923-1939 e 1962-64); o *Atlas Linguístico Romeno* (PUSCÁRIO et al., 1956); o *Atlas Linguístico da Península Ibérica* (TOMÁS, 1962).

Do mesmo modo, assistiu-se, na América, a elaboração de outros atlas linguísticos como o *Atlas Linguístico-Etnográfico do Norte do Chile* (PEÑA et al.); o *Atlas Linguístico Diatópico e Diastrático do Uruguai* (THUN, FORTE & ELIZAINCIN, 1989); o *Atlas Linguístico-Etnográfico da Colômbia* (OLIVER & FLÓREZ); o *Atlas Linguístico-Etnográfico do Sul do Chile* (ARAYA et al.)⁴.

1.3.1 Atlas linguísticos no Brasil

Nesta seção, discorreremos sobre o desenvolvimento da geolinguística no Brasil, abordaremos particularmente o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* e citaremos não só os outros atlas que foram publicados nesse país, mas também aqueles que estão ligados ao projeto ALiB, em fase de elaboração.

No Brasil, Conforme Cardoso (1999, p. 8), três acontecimentos contribuíram para o desenvolvimento da geografia linguística: a criação do decreto que determinou a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil em 1952, o *III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros em Lisboa* em 1957, no qual Serafim da Silva Neto e Celso Cunha definiram que era preciso fazer primeiro os atlas regionais, haja vista a extensão territorial do país e, por fim, a publicação das Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil, de Antenor Nascentes em 1958. Quanto à primazia da elaboração de um atlas, Nelson Rossi é a figura, com a realização do *Atlas Prévio dos Falares Baianos – APFB* em 1963, a partir do trabalho que realizou na Bahia.

O primeiro procedimento para a realização do APFB, foi a elaboração de um questionário experimental com cerca de 3.600 itens para ser aplicado, como uma espécie de teste, em quatro localidades na Bahia. Esse questionário serviu para garantir a seriedade e a objetividade no momento de montar o questionário definitivo, que comportou 164 perguntas.

⁴ As relações de atlas publicados está conforme Costa (2005).

Os inquéritos do atlas em questão foram realizados em 50 localidades, com a participação de 100 informantes (57 mulheres e 43 homens) com idade entre 25 e 60 anos e com baixa escolaridade, isto é, eram analfabetos ou semi-analfabetos. As respostas, dadas por esses informantes, foram anotadas foneticamente, “usando-se, assim, o método direto, pela dificuldade de contar, àquela altura, com gravadores portáteis e com autonomia de corrente” (CARDOSO, 1999, P. 8).

O APFB apresenta 209 cartas nas quais foram registradas 2.800 formas, de acordo com seguintes áreas semânticas: homem biológico, pecuária, terra e vegetais. Segundo Brandão (op. cit, p. 55), apesar de o número de pontos de inquérito ser reduzido, se levado em consideração a extensão do Estado da Bahia, o APFB já possibilita a delimitação de algumas áreas lingüísticas e permite a clara visualização de traços fonéticos, lexicais e semânticos.

Seguindo ao APFB, novos atlas registraram a variedade lingüística em outras áreas do Brasil. São estes: o *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais* (EALMG) (ZÁGARI et al., 1977); o *Atlas Lingüístico da Paraíba* (ALPB) (ARAGÃO e MENEZES, 1984), o *Atlas Lingüístico de Sergipe I* (ALS I) FERREIRA et al., 1987); o *Atlas lingüístico do Paraná* (ALPR) (AGUILERA, 1996); o *atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil* (ALERS) (KOCH, 2002); o *Atlas Lingüístico de Sergipe II* (ALS II) (CARDOSO, 2002); o *Atlas Lingüístico Sonoro do Pará* (ALISPA) (RAZKY, 2004); o *Atlas Lingüístico de Mato Grosso do Sul* (ALMS) (OLIVEIRA et al., 2008)⁵ e o *Atlas Lingüístico de Manaus* (ALM)⁶.

Além dos atlas relacionados acima, existem aqueles que estão em fase de elaboração no projeto ALiB, quais sejam: o *Atlas Geo-sociolingüístico do Pará*, coordenado por Abdelhak Razky; o *Atlas Lingüístico do Acre*, coordenado por Luíza Galvão Lessa; o *Atlas Lingüístico do Ceará*, coordenado por José Rogério Fontenele Bessa; o *Atlas Lingüístico do Maranhão*, coordenado pela professora Conceição de Maria de Araújo Ramos; o *Atlas Lingüístico do Rio Grande do Norte*; o *Atlas Lingüístico de Mato Grosso*, conduzido por uma equipe formada por José Leonildo Lima, Judith Albuquerque, Antônio Tadeu de Azevedo, Cássia Regina Tomanin, Liliane Batista Barros, Maria José Marques, Valéria Cardoso, wellington Quintino e Zeneide Souza; o *Atlas Lingüístico do Estado de São Paulo*, iniciado por Pedro Caruso, o *Atlas Etnolingüístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro*, coordenado por Celso Cunha, atualmente, tem a direção de Sílvia Figueiredo Brandão.

⁵ A relação de atlas publicados e em andamento está conforme o site do projeto ALiB: <http://www.alib.br>.

⁶ O *Atlas Lingüístico de Manaus* (ALM) foi elaborado por ocasião da tese de doutorado de Maria Luíza de Carvalho Cruz e não se encontra publicado.

1.3.1 O projeto Atlas Linguístico do Brasil – ALiB

Nesta seção apresentaremos o projeto nacional Atlas Linguístico do Brasil – ALiB e a sua metodologia

A diversidade de usos que os falantes do português brasileiro fazem da língua portuguesa sempre causou preocupação nos estudiosos da linguagem, haja vista a necessidade de conhecer, de delimitar e de preservar as diversas formas que a língua assume ao longo do tempo. Deste modo, foram realizados estudos dialetais nos quais se registraram aspectos fonético-fonológicos, morfossintáticos e semântico-lexicais da língua com o objetivo de construir, posteriormente, o Atlas Linguístico do Brasil. Porém, segundo Cardoso (1999, p. 7):

O reconhecimento das dificuldades advindas sobretudo da extensão territorial do país e das vias de comunicação determinaram a opção inicial dos estudos geolinguístico no Brasil: empreender-se o trabalho começando pelos atlas regionais.

Em 20 de março de 1952, o Decreto 30. 643, em seu Art. 3º, determinou como principal objetivo da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa, a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil e a Portaria nº. 536, de 26 de maio de 1952 regulamentou essa determinação. Muitos atlas regionais foram publicados.

Na Bahia, em 1996, a idéia de elaborar um atlas nacional foi retomada, quando representantes de todas as regiões do país se reuniram no seminário *Caminhos e Perspectivas para Geolinguística no Brasil* e fundaram o projeto Atlas Linguístico do Brasil que é dirigido atualmente por um Comitê Nacional formado por Jacyra Andrade Mota, Maria do Socorro Silva e Aragão, Mário Roberto Lobuglio Zágari, Vanderci de Andrade Aguilera, Cléo Vilson Altenhofen, Aparecida Negri Isquerdo, Abdelhak Razky e pela presidente Suzana Alice Marcelino Cardoso. Mais atlas regionais foram realizados.

Com enfoque na variação diatópica, a principal finalidade do ALiB é descrever a diversidade fonético-fonológica, morfológica, sintática e lexical da língua portuguesa, registrando-as em cartas linguísticas para que se tenha uma visão ampla da realidade linguística do Brasil.

Do ponto de vista metodológico, destacam-se: a rede de pontos, o perfil dos informantes, os questionários linguísticos e a realização dos inquéritos.

Com relação à rede de pontos, é formada por 250 localidades, distribuídas por todo o Brasil e escolhidas com base em considerações como: a extensão de cada região, os aspectos demográficos, culturais e históricos e a natureza do processo de povoamento da área, fugindo à tradição em que são considerados critérios como a antiguidade e a localização do lugar com relação ao centro.

Todas as cidades que se constituem ponto de inquérito recebem uma numeração que, dentro do espaço regional, as identificam e facilita a organização dos dados que formam o *corpus* do projeto. Deste modo, Belém pode ser identificada por meio do número 012, Salvador do 093, Rio de Janeiro do 202 e assim sucessivamente.

No que diz respeito aos informantes, o ALiB os estratificou da seguinte maneira:

- **Idade**

Primeira faixa etária – 18 a 30 anos, simbolizada pela letra (A)

Segunda faixa etária – 50 a 65 anos, simbolizada pela letra (B)

- **Sexo**

Masculino, simbolizado pela letra (M)

Feminino, simbolizado pela letra (F)

- **Escolaridade**

Fundamental (até a 4ª série), simbolizado pelo número (1)

Superior, simbolizado pelo número (2)

Para cada cidade, são selecionados 4 informantes com escolaridade até a quarta série, sendo um homem da primeira faixa etária, uma mulher da primeira faixa etária, um homem da segunda faixa etária e uma mulher da segunda faixa etária. Além disso, precisam ser nativos da região, ter pais também nascidos no local, possuir uma profissão cujo exercício favoreça a imobilidade e ser participante ativo da vida social local. Nas capitais de Estado, além dos informantes acima descritos, vêm se juntar mais 4 de nível superior, com igual estratificação, conforme quadro 1:

Quadro 1 – Estratificação dos informantes

Cidade e capitais	Informante I	(AM1)
	Informante II	(AF1)
	Informante III	(BM1)
	Informante IV	(BF1)
Capitais apenas	Informante VI	(AM2)
	Informante VI	(AF2)
	Informante VII	(BM2)
	Informante VIII	(BF2)

No que refere aos questionários, são utilizados três: o Questionário Fonético-Fonológico (QFF), composto por 159 questões, as quais se juntam 11 questões de prosódia; o Questionário Semântico-Lexical (QSL), formado por 202 questões, distribuídas em 14 campos semânticos e o Questionário Morfossintático (QMS), constituído por 49 questões voltadas para as classes de palavras e suas relações e/ou flexões. Além deles, existem 4 Questões de Pragmática, os Temas para Discursos Semidirigidos, 6 Perguntas Metalinguísticas e 1 Texto para Leitura.

No tocante aos inquéritos, são realizados por equipas regionais responsáveis pelo trabalho em campo. Os inquiridores, pessoas preparadas para fazer a coleta de dados, vão, anteriormente, à casa do informante para saber se ele está disposto a participar. No caso de ele aceitar, o inquérito é marcado. No local combinado, o inquiridor o realiza, gravando-o em Mds (mini-discos). Os arquivos sonoros são organizados em pastas nomeadas com o número e o nome das localidades, assim como os arquivos escritos que são feitos, posteriormente, por uma segunda equipa, a dos transcritores, a qual faz o trabalho de escuta e de transcrição dos dados coletados, utilizando a fonte SildoulosIPA.

2 METODOLOGIA

2.1 Localidades

Esta pesquisa compreende todas as capitais brasileiras, com exceção de Palmas, capital de Tocantins e de Brasília, capital nacional. O mapa abaixo mostra a localização das capitais estudadas:



Figura 1: Localização das capitais

2.2 Informantes

Este trabalho utilizou o *corpus* do projeto ALiB, que é formado por 1.100 informantes. Desse total, 200 constituem o *corpus* do presente estudo, já que privilegiou apenas as capitais.

2.3 Questionário

Este estudo lançou mão do Questionário Semântico-lexical – QSL que tem por objetivo coletar o maior número de formas lingüísticas para os itens lexicais pesquisados, numa determinada localidade. Dele, foram selecionados os campos semânticos atividades agropastoris e fauna, dos quais escolhemos cinco questões para a confecção das cartas lingüísticas, totalizando-se 10, quais sejam: a de nº. 39 (... *as frutas menores que a laranja, que se descascam com a mão, e, normalmente, deixam um cheiro na mão? Como são elas?*), a de nº. 44 (... *a ponta roxa no cacho da banana?*), a de nº. 57 (... *aqueles objetos de vime, de taquara, de cipós trançado(s), para levar batatas (mandioca, macaxeira, aipim, etc.), no lombo do cavalo ou do burro?*), a de nº. 61 (... *o homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho?*), a de nº. 63 (... *o caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou o homem passarem por ali?*), a de nº. 66 (... *a ave que faz casa com terra, nos postes, nas árvores e até mesmo nos cantos da sala?*), a de nº. 67 (... *a ave de criação parecida com a galinha, de penas pretas com pintinhas brancas?*), a de nº. 82 (... *o animal que tem uma perna mais curta e que puxa de uma perna?*), a de nº. 85 (... *o inseto de corpo comprido e fino, com quatro asas bem transparentes, que voa e bate a parte traseira na água?*) e finalmente, a de nº. 88 (... *aquele inseto pequeno, de perninhas compridas, que canta no ouvido das pessoas, de noite?*).

2.3 Organização do *corpus*

Os dados utilizados na constituição do *corpus* do presente trabalho são aqueles, referentes às capitais brasileiras, que integram o banco de dados do projeto ALiB.

Depois do reconhecimento do material que iríamos utilizar, fizemos, primeiramente, o recorte dos dados lexicais nas transcrições feitas pelos membros do projeto ALiB⁷. Assim, íamos, por exemplo, até a pasta de Belém, abríamos o arquivo de transcrição, buscávamos o

⁷ Trata-se de membros da equipe nacional de transcritores credenciados pelo comitê do ALiB.

QSL, mais especificamente a parte da pergunta que escolhemos para análise, recortávamos a resposta dada pelo informante e colávamos num novo arquivo criado por nós para a organização do nosso *corpus*.

Para algumas capitais como Fortaleza, Natal, São Luis e Porto Alegre não havia, ainda, transcrição disponível. Nestes casos, escutávamos e transcrevíamos as respostas que nos interessavam para, em seguida, juntá-las com as outras num só arquivo. Esses procedimentos foram feitos para cada um dos oito informantes e em todas as capitais. A tabela abaixo exemplifica a forma como organizamos os dados, tomando por base a questão 39:

Quadro 2: Organização dos dados

Questão 39 (tangerina)						
Região Norte						
	Belém	Macapá	Manaus	Boa Vista	Porto Velho	Rio Branco
(AM1) ⁸	tãzi'rine	-	tãzi'rine	tãzi'rine mifi'rike	tãzi'rine mifi'rike	tãzi'rine
(AF1)	tãze'rine	tãzi'rine	meje'riku tãzi'rine	tãgi'rine po'kã	tãzi'rine po'kã mifi'rike	tãzi'rine po'kã mifi'rike
(BM1)	tãze'rine meji'rike	tãzi'rine mifi'riki	tãzi'rine	tãzi'rine mifi'rike	tãzi'rine 'pokã	tãzi'rine po'kã mifi'rike
(BF1)	tãze'rine mifi'rike	tãze'rine	tãzi'rine mifi'rike	tãze'rine mife'rike	tãzi'rine mifi'rike	tãzi'rine 'pokã
(AM2)	tãzi'rine mifi'rike	tãze'rine	tãze'rine to'rãze	tãzi'rine	tãzi'rine 'pokã	tãzi'rine mifi'rike
(AF2)	tãzi'rine mifi'rike	tãze'rine	tãzi'rine mifi'rike	tãzi'rine mifi'rike	-	tãze'rine mifi'rike
(BM2)	tãze'rine meji'rike	tãze'rine meje'rike	tãzi'rine mifi'rike	tãze'rine mifi'rike	tãzi'rine mifi'rike	tãzi'rine mifi'rike
(BF2)	tãzi'rine	tãze'rine mifi'rike pow'kã	tãzi'rine 'lime mifi'rike	tãze'rine mifi'rike	tãzi'rine mifi'rike 'pokã	tãze'rine mifi'rike

A partir desses arquivos, começamos a elaborar as cartas lexicais. Para tanto, usamos uma carta base que foi criada e utilizada por Anderson Nascimento, por ocasião do seu trabalho de conclusão de curso⁹.

⁸ Ver página 18 para a referência dos códigos.

⁹ NASCIMENTO, Anderson Cidade do. *Varição Lexical em 21 Capitais Brasileiras*. Monografia – UFPA. Belém-Pará. 2008.

A carta explicativa¹⁰ abaixo indica a numeração das cartas, as questões analisadas, as variantes, a frequência de cada variante e a identificação dos informantes.



Figura 2: Carta explicativa

¹⁰ O mapa original está disponível neste endereço eletrônico: <http://webcarta.net/carta/mapa.php>

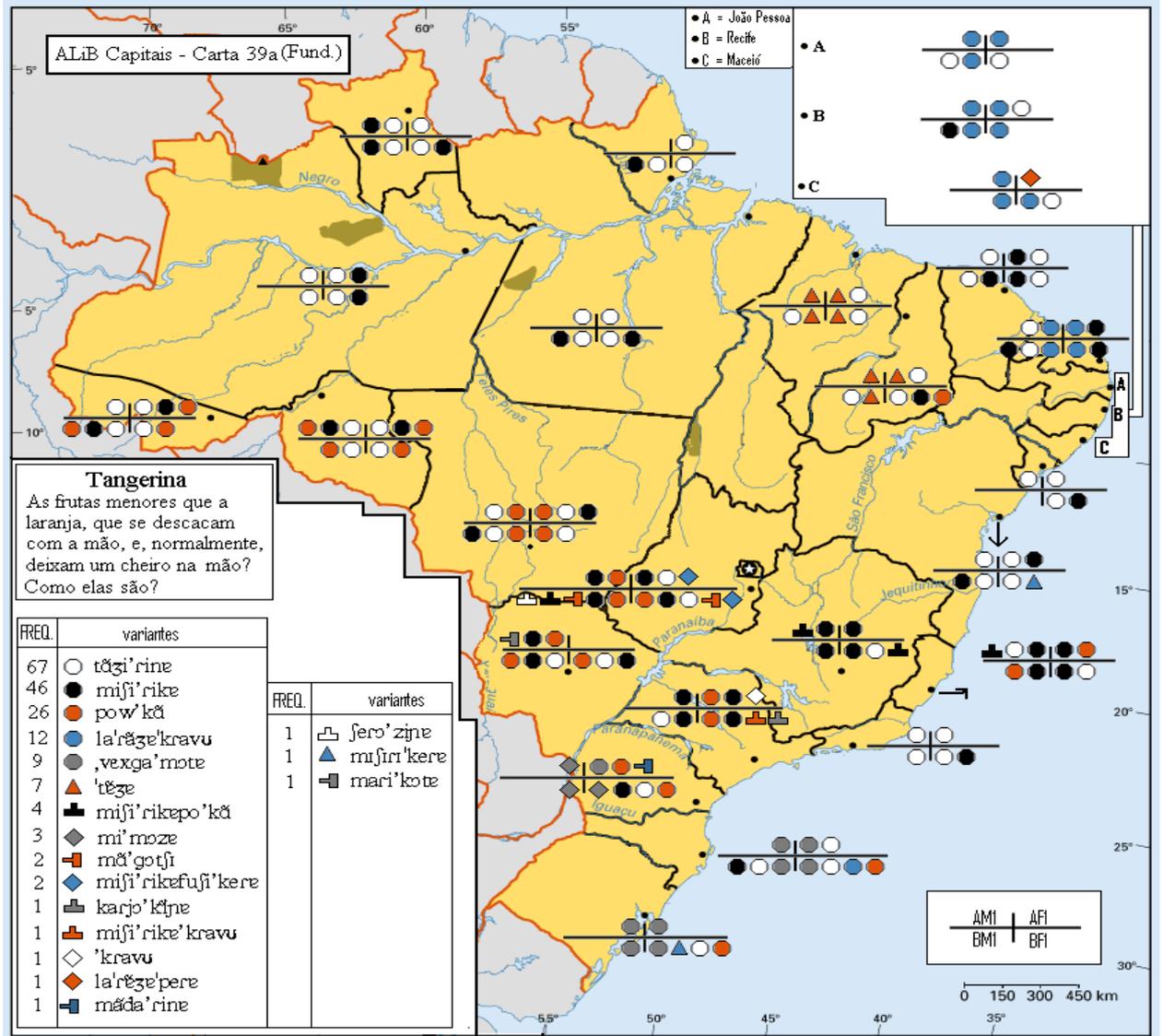
Na parte superior da carta, a letra **B** indica o quadro com a pergunta selecionada e uma das possíveis respostas; a letra **A** indica o quadro com a numeração das perguntas, de acordo com as suas posições no QSL. Essa numeração sempre virá acompanhada de um “a” minúsculo, quando a carta em questão for referente ao nível fundamental e de “b” minúsculo, quando a carta for referente ao nível superior. A escolaridade dos informantes, cujos dados estão sendo representados, aparecerá entre parênteses; as letras **F** e **E** indicam os quadros que dizem respeito aos dados das capitais João Pessoa, Recife e Maceió, já que não foi possível representá-los diretamente na carta.

Na parte inferior da carta, do lado esquerdo, encontra-se a letra **C**, bem como as combinações **C1**, **C2** e **C3**. A letra **C** indica o quadro dos itens lexicais identificados, bem como o número de ocorrência. Assim, **C1** indica a frequência das variantes; **C2** as variantes propriamente ditas, acompanhadas de uma figura, com forma e cor diferente cuja função é identificar e representar as variantes no espaço geográfico; **C3** indica a frequência total das variantes, que, neste trabalho, por falta de espaço, devido ao número de variantes, em algumas cartas, não conseguimos registrar. Porém, essa informação será dada durante a análise das cartas. Do lado direito, tem-se as letras **G** e **D**: a letra **G** aponta para uma cruz que indica a estratificação dos informantes, isto é, dados sociais como faixa etária, sexo e escolaridade; a letra **D** corresponde ao quadro que permite a visualização completa e/ou conjunta dessas informações.

3 ANÁLISE DAS CARTAS LEXICAIS

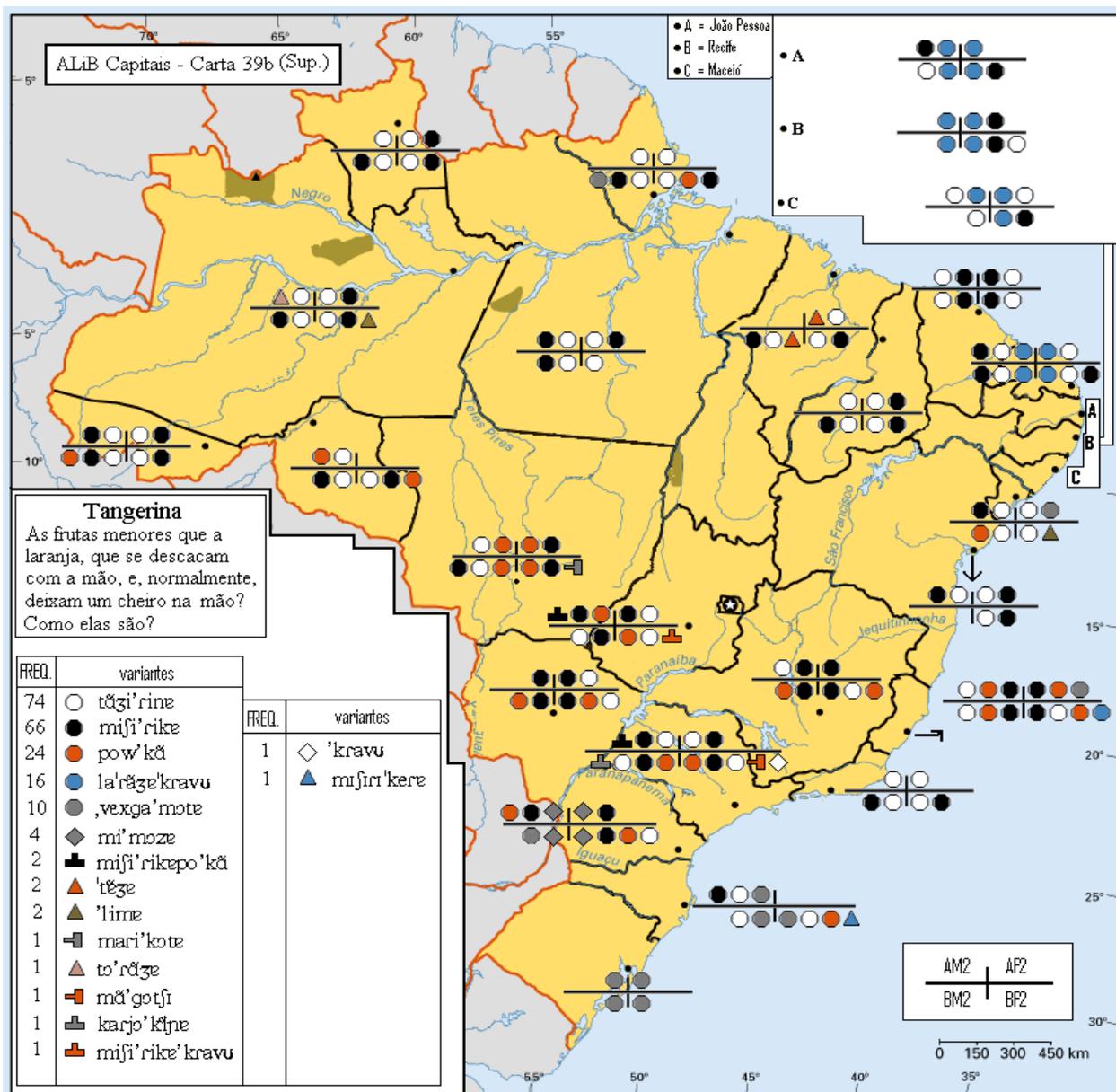
A análise que apresentamos busca interpretar as cartas lexicais a partir de dois pontos de vista: o geral, que visa apontar a variante lexical que mais se destaca no Brasil e o local, que visa abordar as variantes lexicais nas capitais brasileiras. Assim, seguindo a ordem do QSL, analisaremos em primeiro lugar as dez cartas referentes ao campo semântico atividades agropastoris (cartas 1 a 10) e em segundo lugar as outras dez, referentes ao campo semântico Fauna (cartas 11 a 20).

Mapa 1



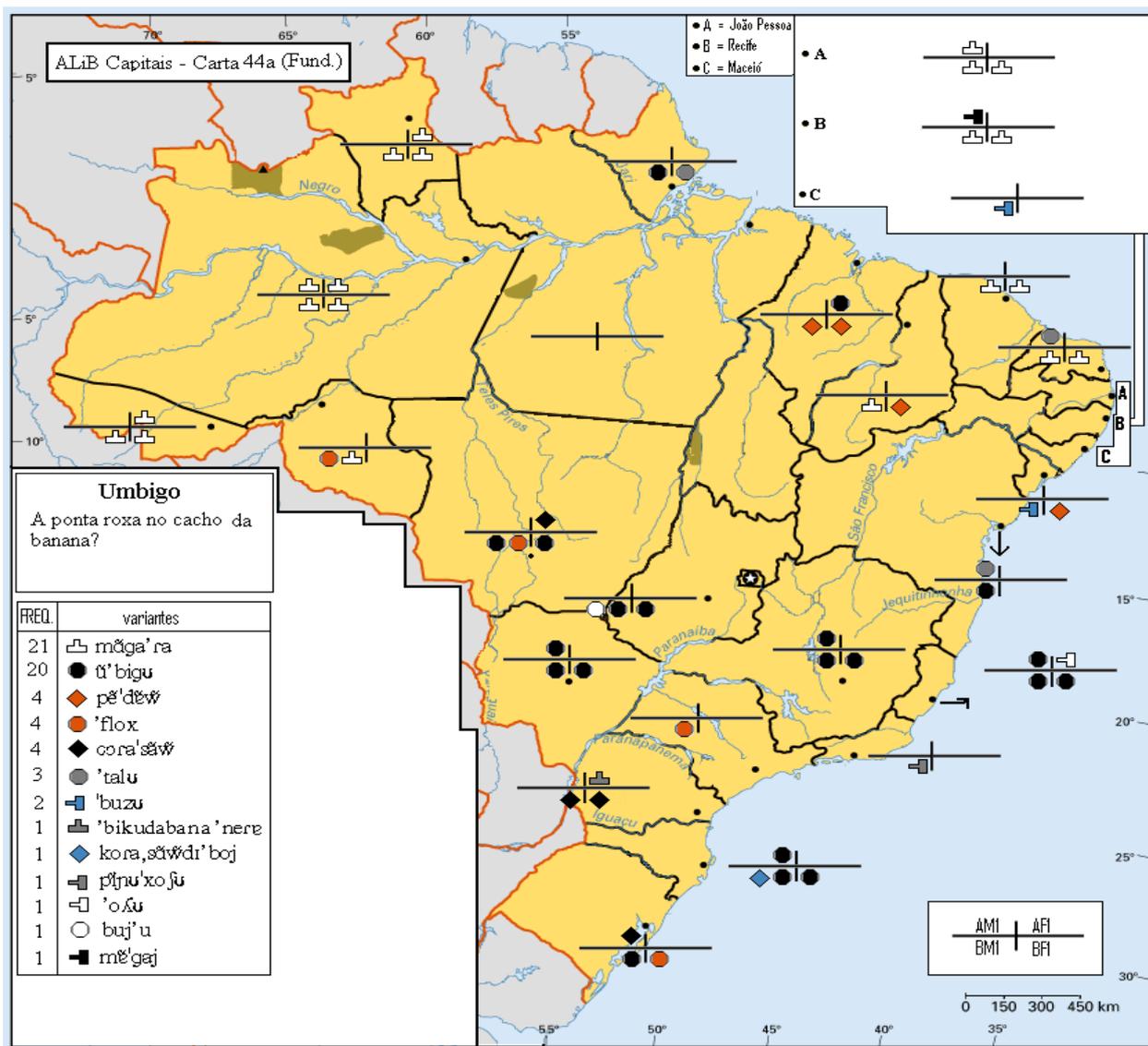
A carta 39a registra a ocorrência de dezoito variantes. Do ponto de vista geral, observamos que *tangerina* e, de certa forma, *mexerica* se destacam em todo o Brasil. Nas capitais da região Norte, a forma *tangerina* foi quase categórica. Nas do Nordeste, verificamos certa particularidade no uso de *laranja-cravo* (só aparece uma vez em Florianópolis) com exceção de Salvador, Aracaju, Fortaleza, São Luis e Teresina. Nessas duas últimas, ocorre de forma significativa o uso da lexia *tanja*. Nas do Centro-Oeste, *mexerica* e *poucã* prevalecem quase com a mesma frequência. Nas do Sudeste, é bem mais frequente *mexerica*. Nas do Sul, o uso de *vergamota* chama a atenção por ter ocorrido somente nessa região e, também, o uso da variante *mimosa*, apenas em Curitiba.

Mapa 2



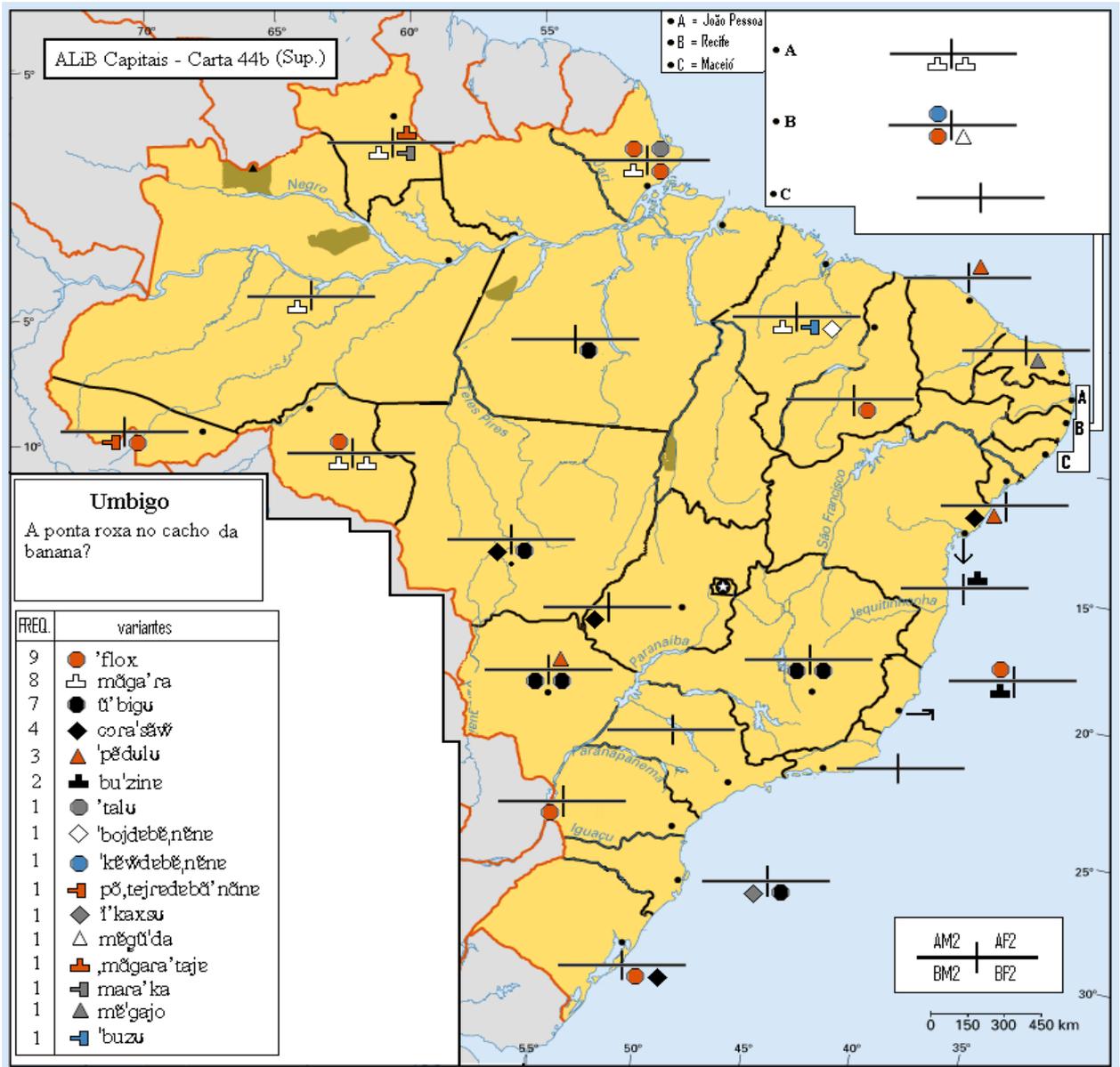
Na carta 39b, referente ao nível superior, o número de variantes cai para dezesseis. Aumenta a frequência de *tangerina* e *mexerica*. Ainda continua a ocorrência maior de *tangerina* em todo Brasil. Nas capitais Nortistas, apenas o informante cinco, de Porto Velho, não respondeu a forma *tangerina*. Nas Nordesteiras, também prevalece o uso de *laranja-cravo*, com exceção de São Luis, Teresina, Fortaleza e Aracajú, o que aconteceu também, na carta 39a. Nas capitais do Sudeste, as formas *tangerina*, *mexerica* e *poucã* concorrem. Nas do Sul, o uso de *vergamota* chama a atenção. A variante *mimosa* continua particularizando Curitiba. A respeito das cartas 39a e 39b, gostaríamos de citar a fala de um informante de Manaus que disse o seguinte: “aqui quando alguém chama *mixirica*, é que o cara num é daqui”.

Mapa 3



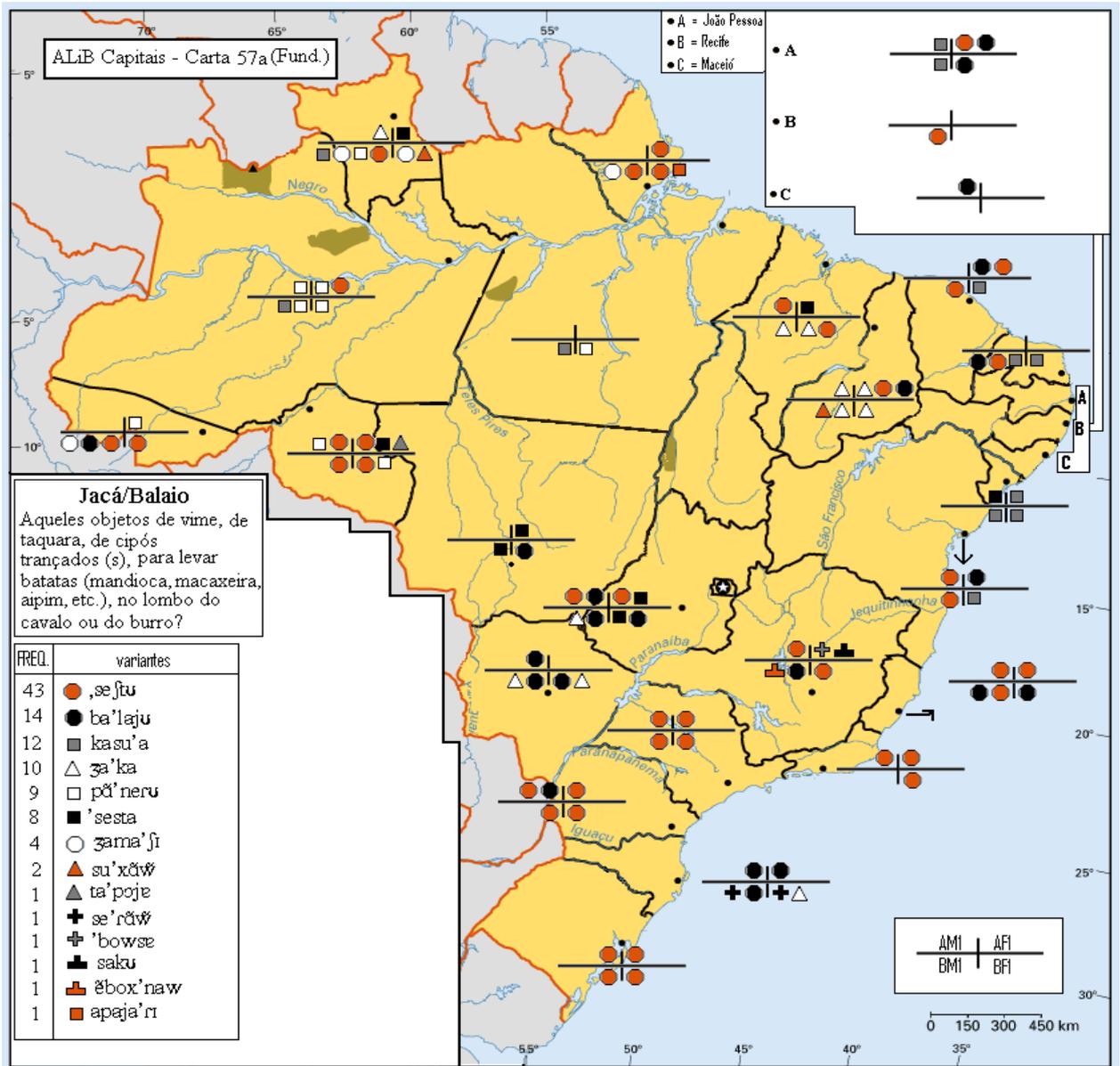
A carta 44a registra a ocorrência de treze variantes. Nela, podemos visualizar a divisão dialetal proposta por Antenor Nascentes: na maioria das capitais do Norte e, também, nas do Nordeste, os informantes responderam *mangará* para a pergunta em questão, o que não aconteceu nas demais capitais brasileiras. Já nas capitais do Centro-Oeste, nas do Sudeste e nas do Sul, os informantes responderam *umbigo*, com exceção do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Curitiba, onde a referida forma não ocorreu. Vale relatar que *umbigo* também apareceu em Amapá e em São Luis.

Mapa 4



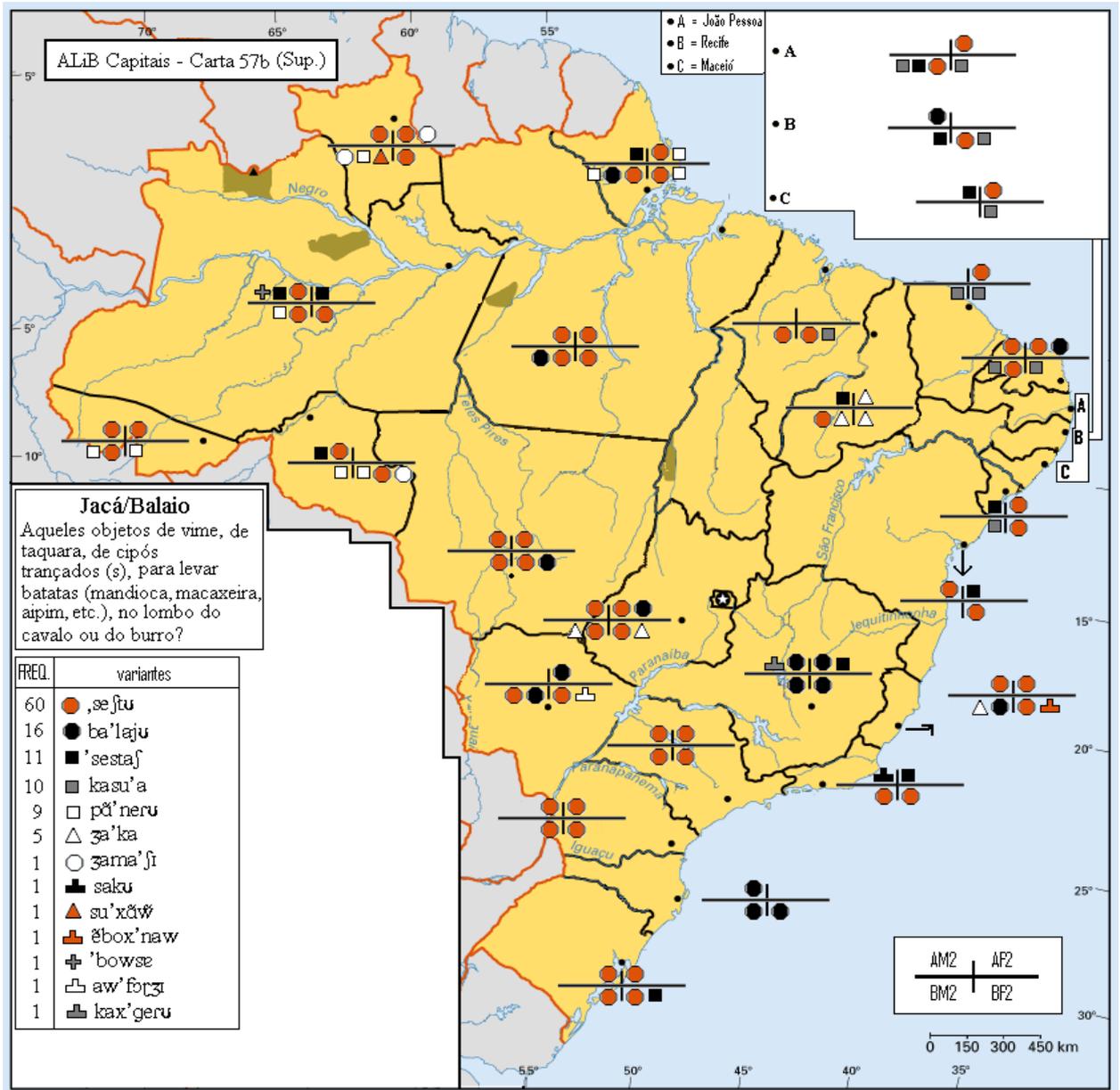
Na carta 44b, o número de variantes aumenta para dezesseis. Apesar de continuar o uso de *mangará* na maioria das capitais nortistas e Nordestinas, observamos que a forma *flor* começa a aparecer, com exceção das capitais do Centro-Oeste, em outras capitais, mas com pouca frequência. Vale dizer que o uso de *umbigo* reduziu significativamente, já que a carta 44a registra vinte ocorrências enquanto que a carta 44b somente sete. A divisão Norte/Nordeste e Centro/Sul persiste, apesar de a forma *umbigo* ter uma ocorrência em Belém.

Mapa 5



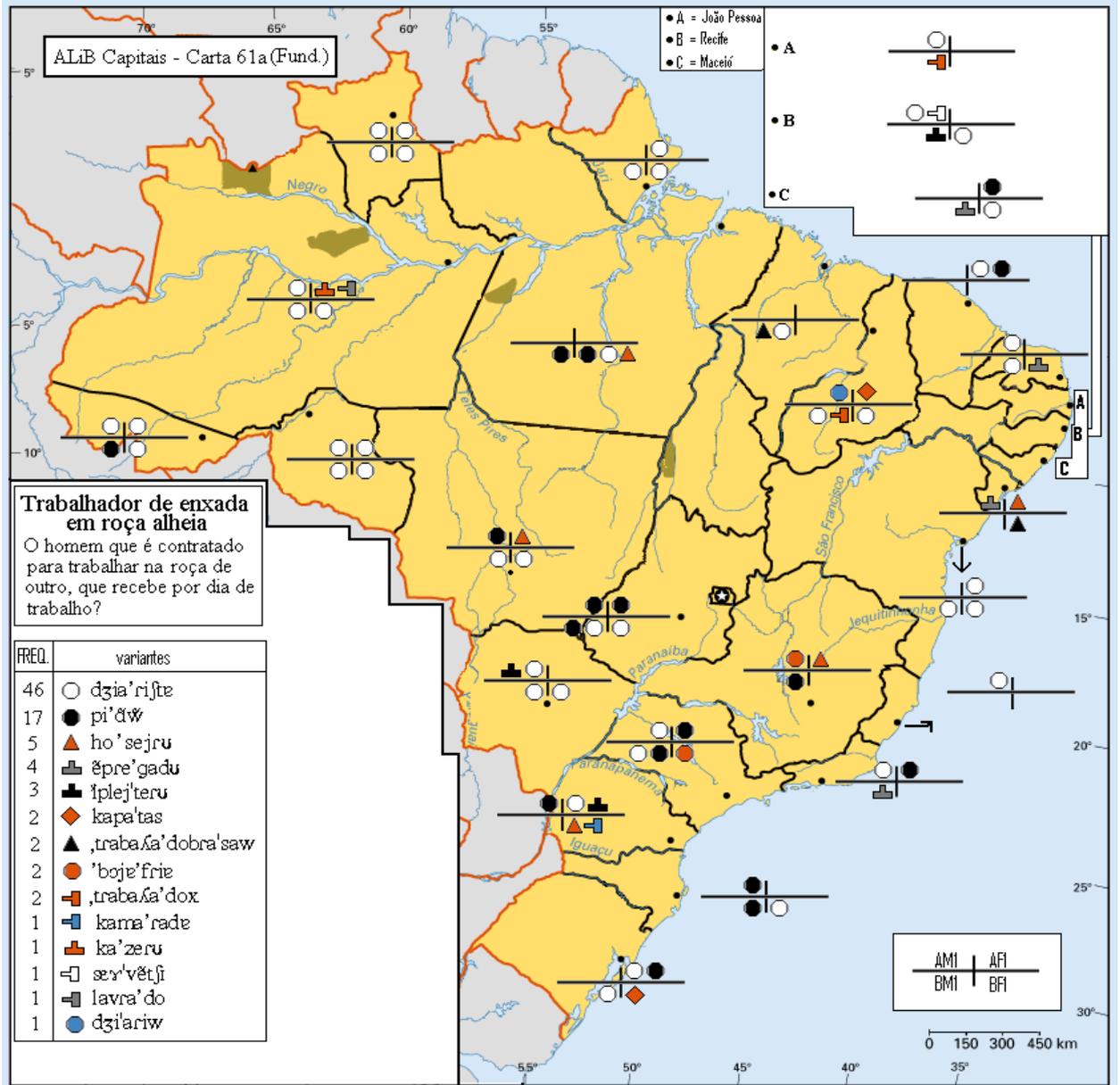
A carta 57a apresenta a distribuição de catorze variantes. No Brasil, a forma que predomina é *cesto*. Nas capitais nortistas, apesar de não ter ocorrido no Amapá, a variante que se destaca é *paneiro*, que só ocorreu nesta região. Nas nordestinas, é mais comum o uso de *cassuá*, com exceção de Recife, de Maceió, de Teresina e de São Luis. Nessas duas últimas capitais é mais comum o uso de *jacá*. Vale comentar que *cassuá* apareceu também em três capitais da região Norte (Boa Vista, Manaus e Belém), mas não ocorreu em outras capitais. Nas capitais do Centro-Oeste, comumente aparece a forma *balaio*. Nas do Sudeste e nas do Sul, verificamos a maior ocorrência da forma *cesto*, apesar de não ter ocorrido em Florianópolis.

Mapa 6



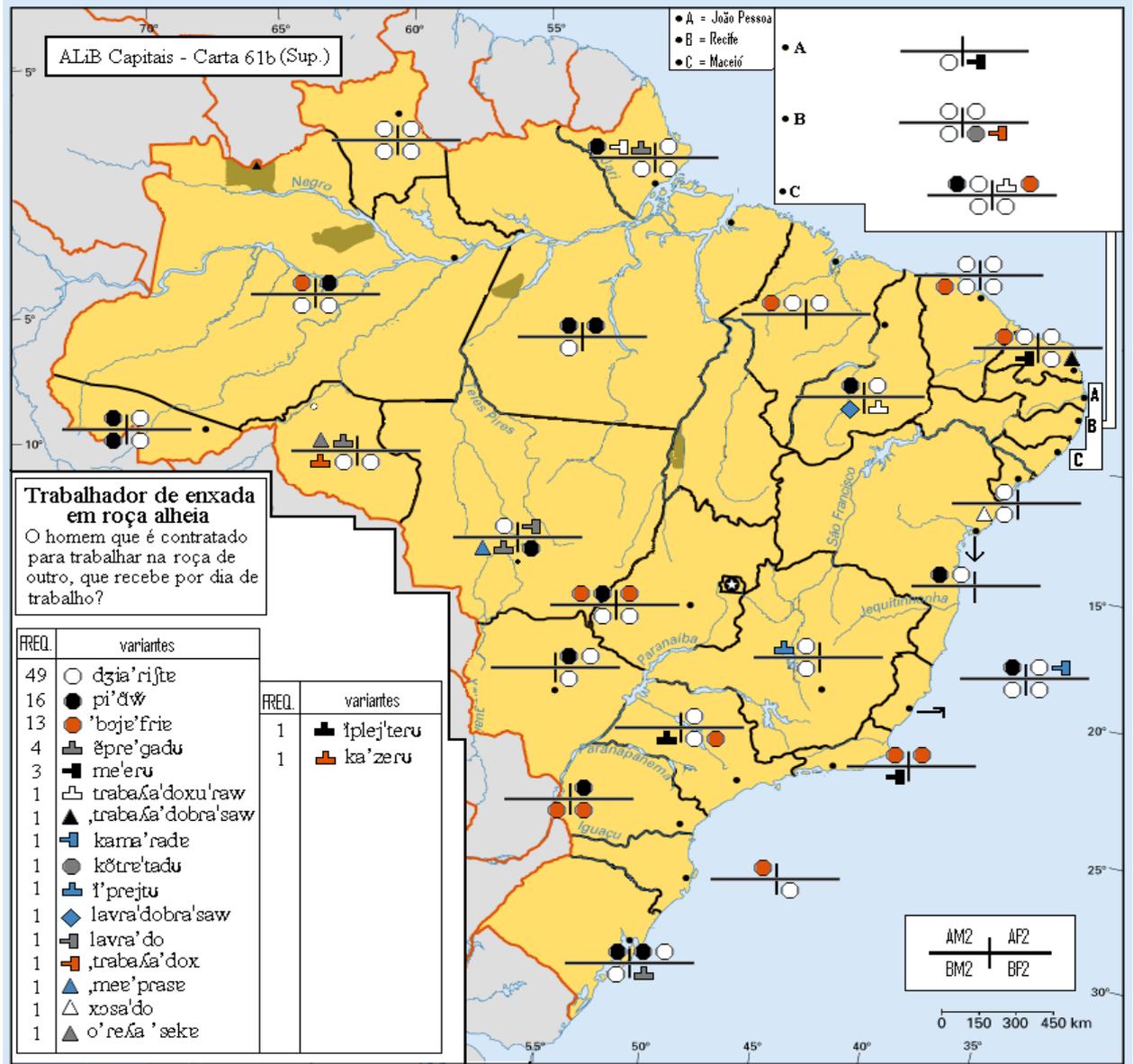
A carta 57b apresenta treze variantes. No Brasil, conforme mostra a carta 57a, a variante *cesto* foi mais usada por informantes de nível superior. Nas capitais da região Norte, a forma *cesto* começa a surgir com maior frequência, mas o uso de *paneiro* continua sendo particular nas capitais dessa região. Nas do Nordeste, *cassuá*, que não havia aparecido na carta 57a, em Maceió e em São Luis, agora aparece, não ocorrendo mais nas capitais nortistas nem tampouco nas capitais das demais regiões. Nas do Centro-Oeste, não predomina mais *balaio*, mas sim *cesto*, assim como nas do Sudeste e nas do Sul, onde destacamos *balaio* em Belo Horizonte e em Florianópolis.

Mapa 7



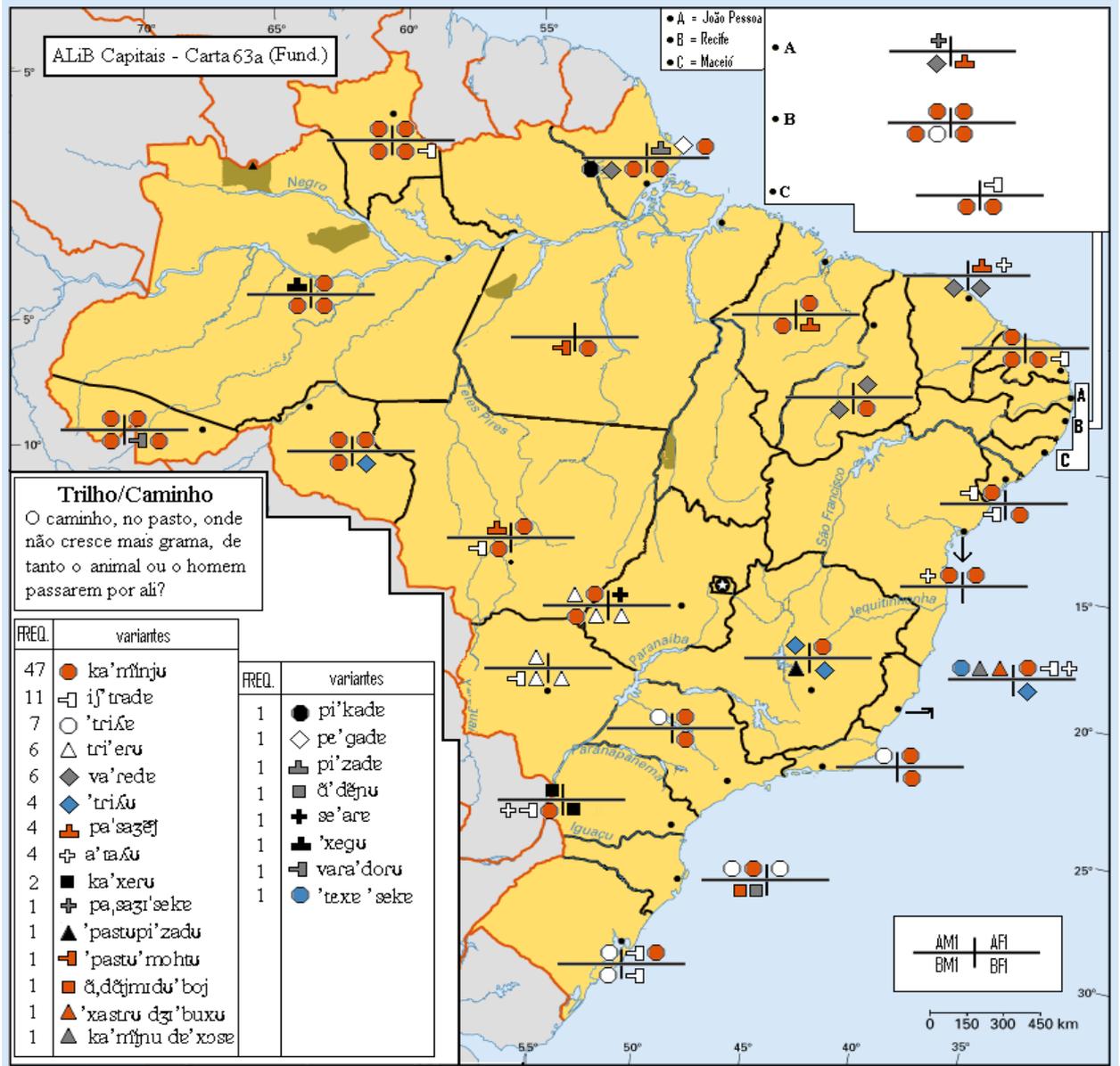
A carta 61a apresenta catorze variantes. No Brasil, a variante *diarista* se distribui com maior frequência, seguida da variante *peão*, que também ocorreu em quase todas as capitais, embora com menos produtividade.

Mapa 8



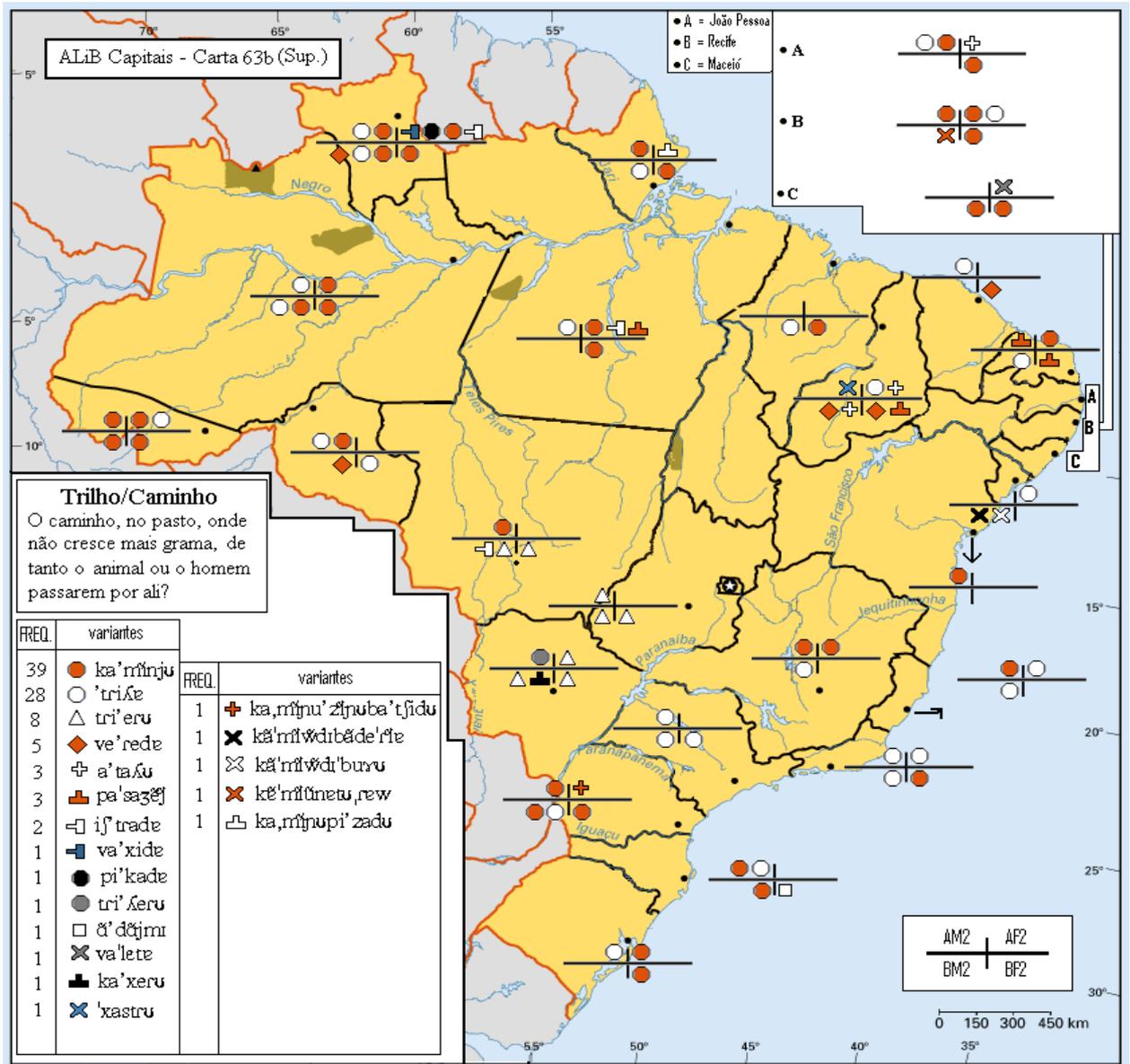
Na carta 61b, o número de variantes aumenta para dezoito. Além da permanência do uso da forma *diarista* em todo o Brasil, destacamos o aumento na frequência da variante *bóia-fria*, que aparece somente duas vezes entre os informantes de nível fundamental, conforme a carta 61a.

Mapa 9



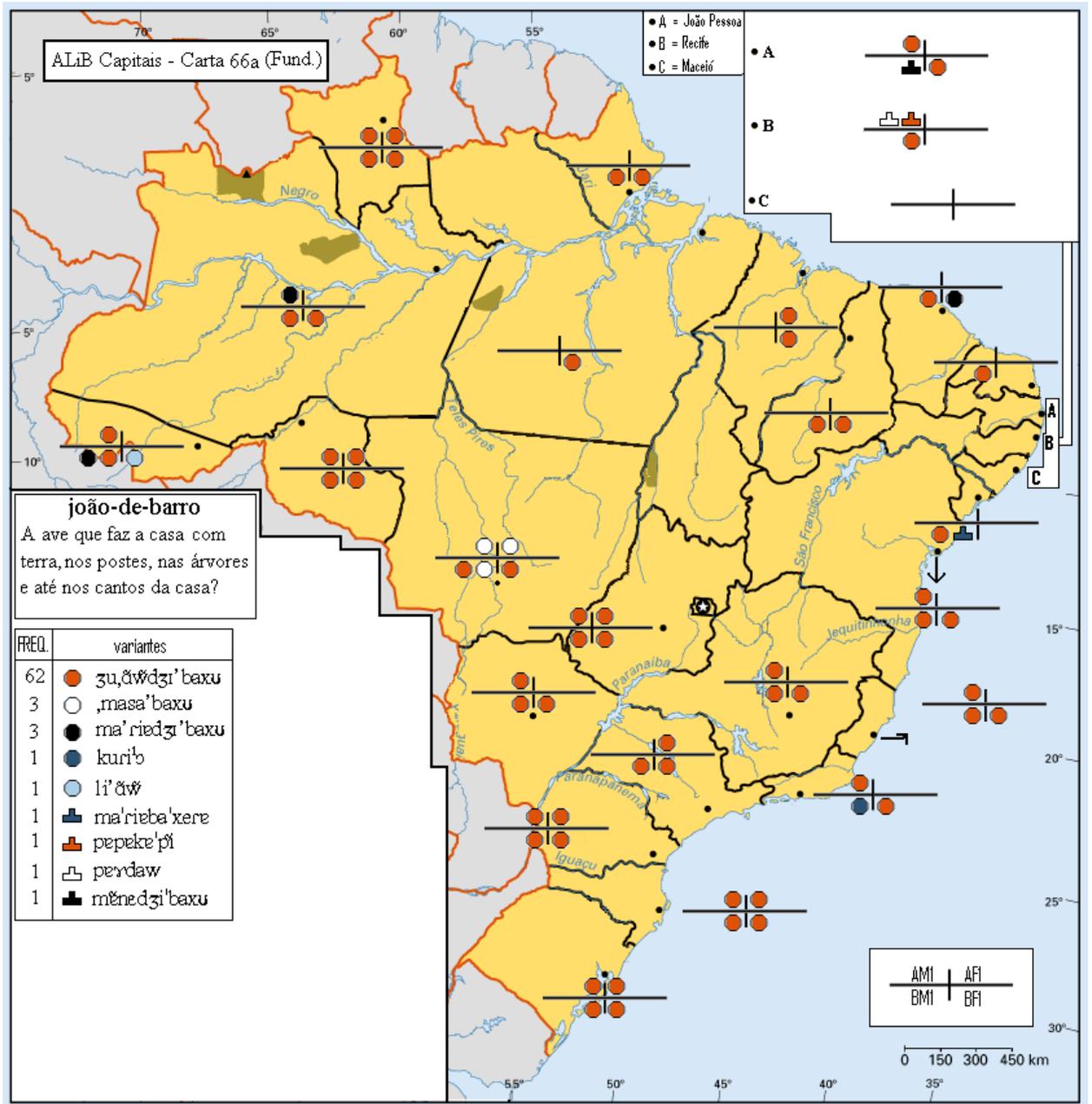
A carta 63a mostra a distribuição de vinte e três variantes dentre as quais *caminho* é a mais freqüente em todo o Brasil. Além disso, vale destacar a variante *trieiro*, por ter ocorrido particularmente nas capitais da região Centro-Oeste, com boa produtividade.

Mapa 10



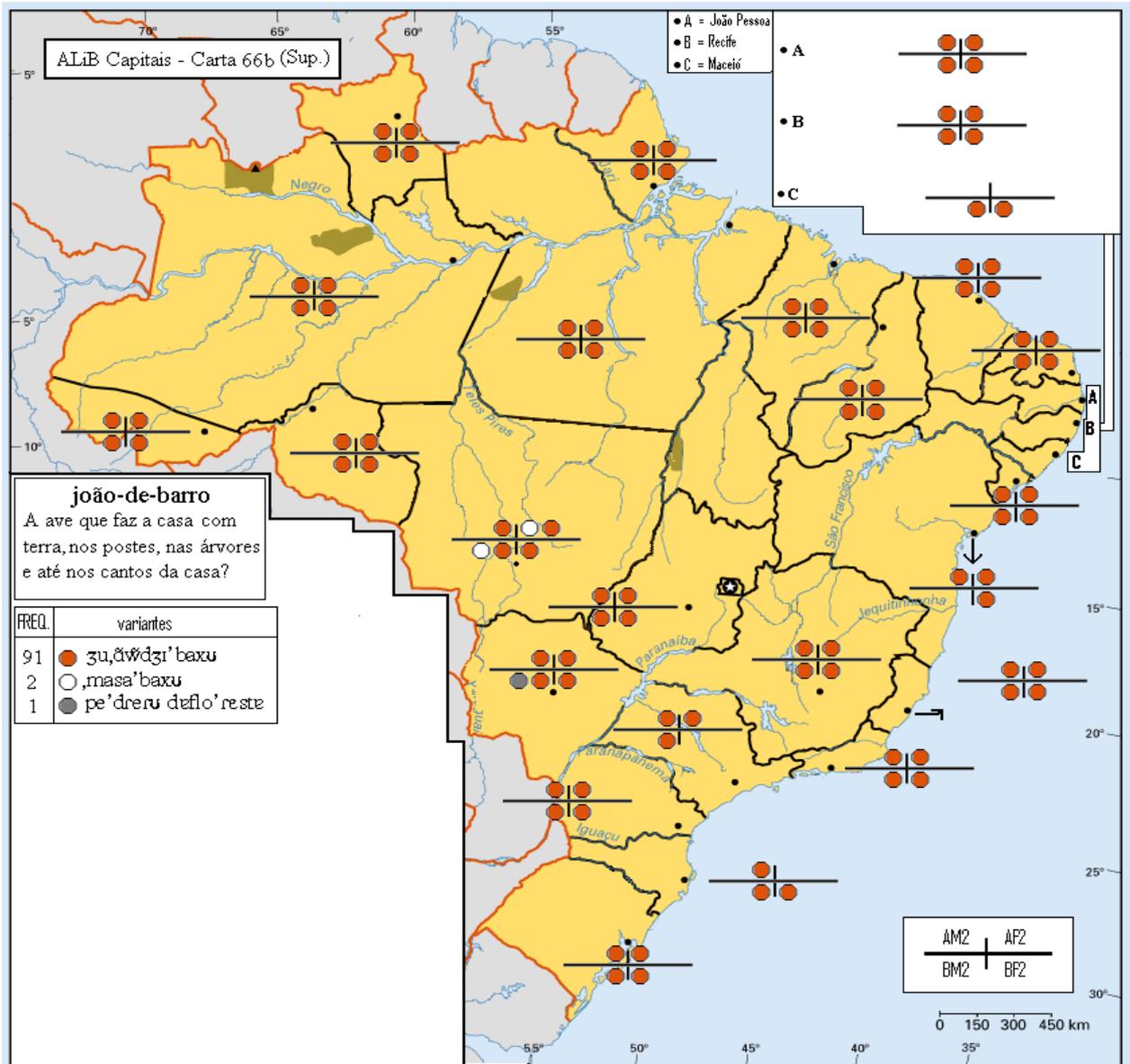
Na carta 63b, o número de variante reduz para dezenove, mas o uso da forma *caminho* continua sendo dominante no país. A variante *trilha* que estava na terceira posição, com apenas sete ocorrências, conforme carta 63a, passa para a segunda com vinte e oito ocorrências, entre os informantes de nível superior, de acordo com a carta 63b. Além disso, vale registrar a ocorrência da variante *trieiro* que continua aparecendo de forma particular nas capitais da região Centro-Oeste.

Mapa 11



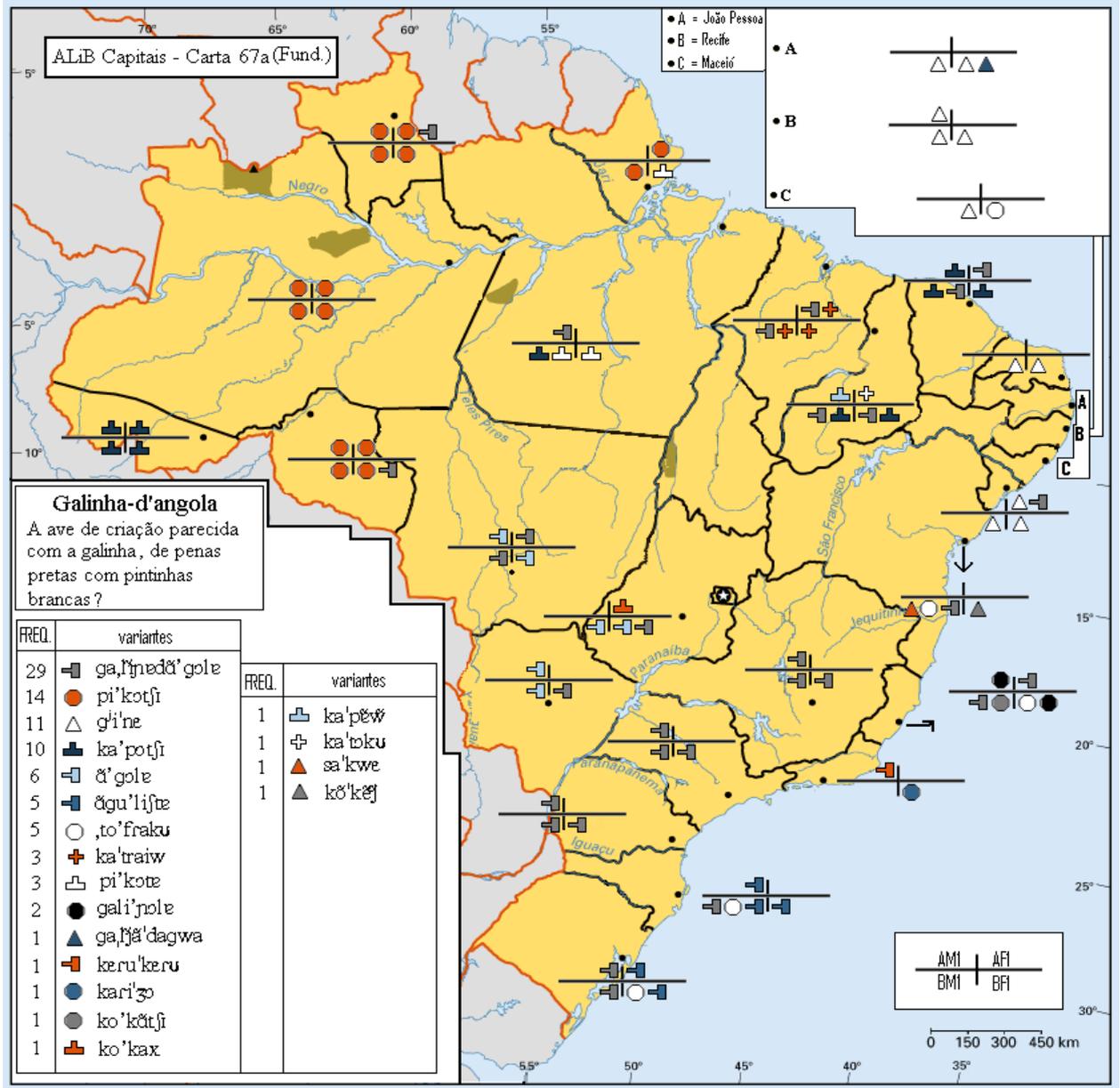
Na carta 66a, verificamos a ocorrência de nove variantes lexicais. Do ponto de vista do espaço brasileiro, observamos que *João-de-barro* acontece em todas as capitais e que *massa-barro* particulariza Cuiabá, já que ocorreu somente nesse lugar. Vale, ainda, chamar a atenção para a forma *maria-de-barro* que ocorreu no Amazonas, em Rio Branco e em Fortaleza. As demais variantes apresentam baixa produtividade.

Mapa 12



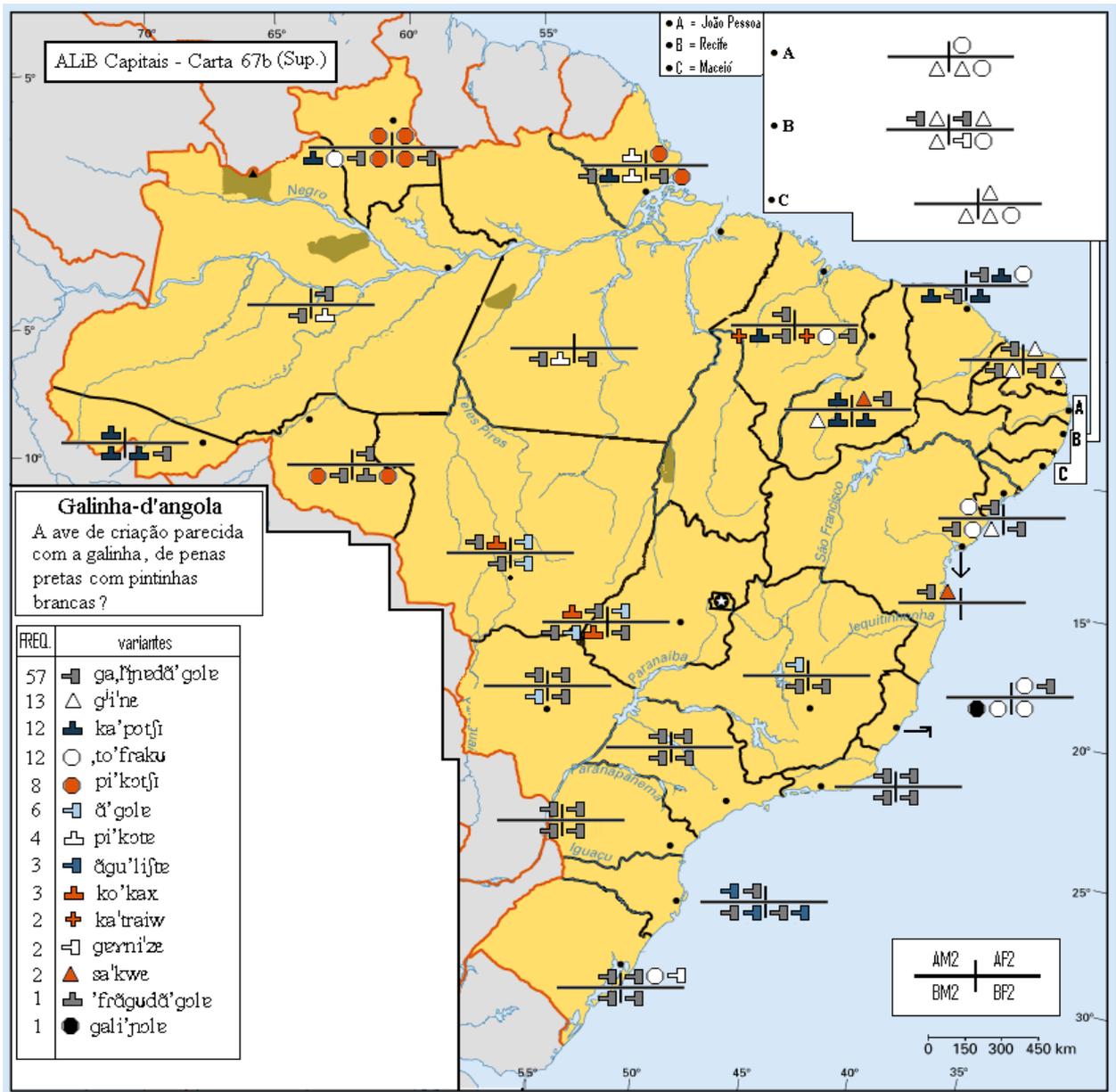
Na carta 66b, o número de variantes reduz para três. A predominância da variante *João-de-barro* continua em todo o Brasil. A variante *massa-barro* permanece especificando Cuiabá e surge, ainda, em Campo Grande, mais uma variante, *pedreiro da floresta*, mas com baixa frequência.

Mapa 13



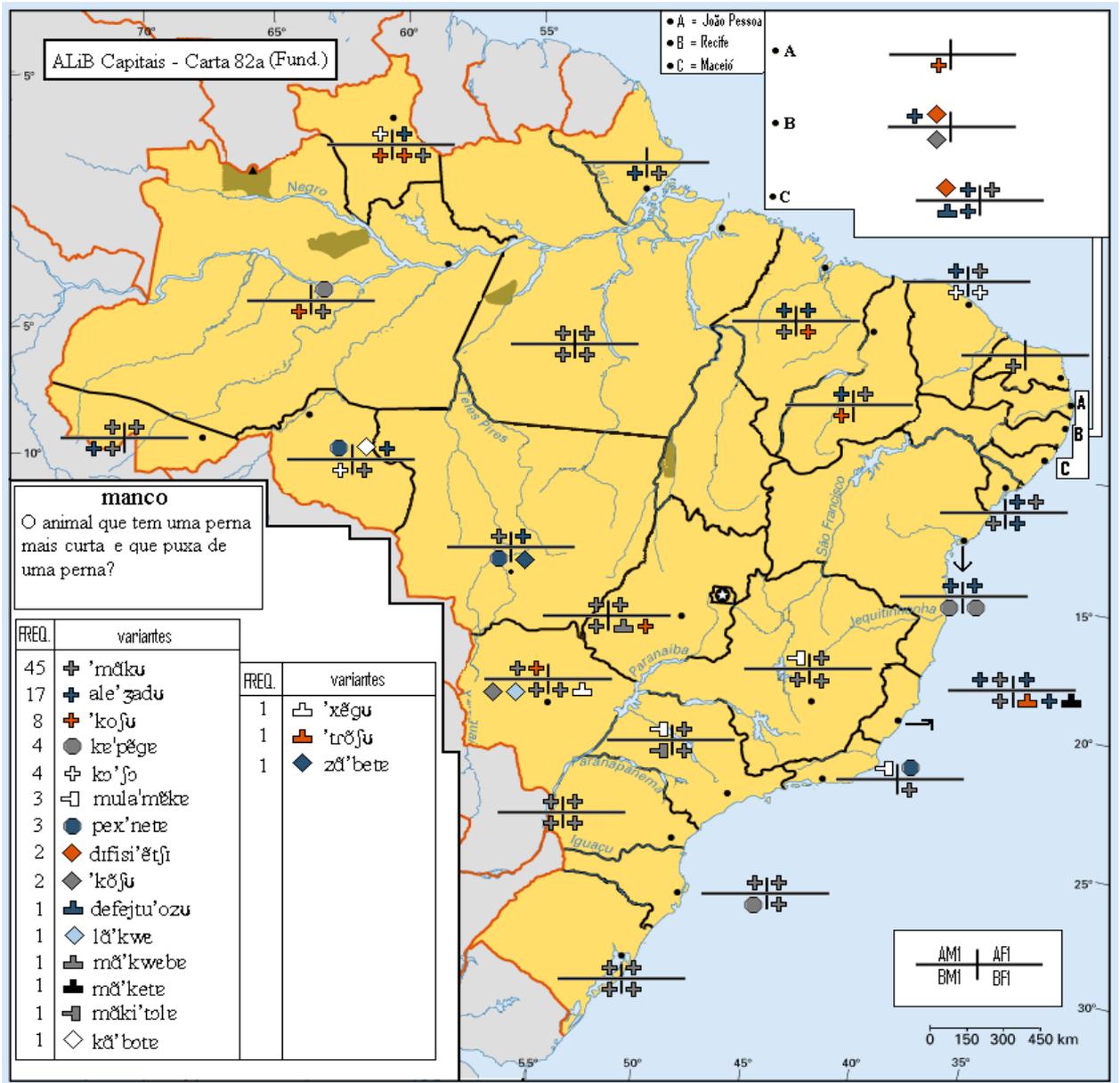
A carta 67a apresenta dezenove variantes lexicais. No espaço brasileiro, *galinha d'angola* predomina. Nas capitais nortistas, a forma *picote* é particular, sendo que em Amapá e Belém, aparece a forma *picota*, valendo ressaltar a proximidade entre essas lexias. Nas Nordestinas, com exceção de São Luis, Teresina e Fortaleza, a variante *guiné* se destaca. Temos, ainda, uma particularidade em São Luis onde verificamos o uso da forma *catraio*. Nas capitais do Centro-Oeste, verifica-se o uso da forma *angola*, que ocorreu somente nessa região. Nas Sudeste, destacamos o uso da forma *galinhola*. Nas do Sul, com exceção de Curitiba, é comum o uso de *angulista*. Outra observação a fazer é a ocorrência, mesmo que não muito frequente, da variante *tô fraco* no litoral brasileiro.

Mapa 14



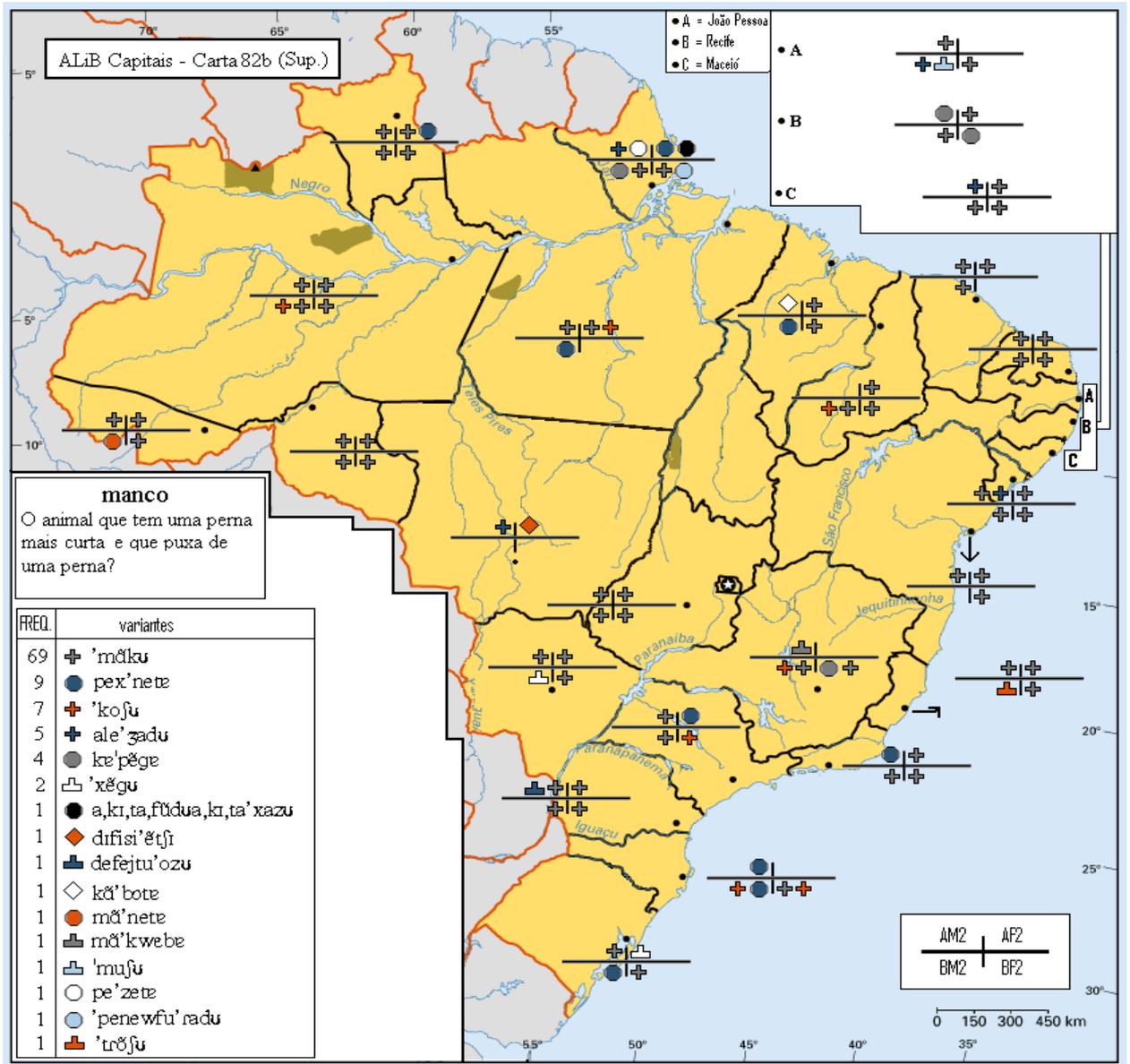
Na carta 67b, o número de variantes diminui para catorze. Nas capitais da região Norte é frequente o uso da variante *picote*, menos frequente entre informantes de nível superior. Nas do Nordeste verificamos o uso da forma *guiné*. Nas do Centro-Oeste destaca-se a variante *angola*. Nas do Sudeste e nas do Sul continua predominando a variante *galinha d'angola*, embora tenha ocorrido *angola* (Belo Horizonte), *galinhola* e *tô fraco* (Vitória) e *tô fraco*, *garnisé* (Porto Alegre) e *angulista* (Florianópolis). Esta última de forma particular. Além disso, a variante *tô fraco*, que aparecia de forma rara no litoral brasileiro, começa a aparecer com maior frequência.

Mapa 15



A carta 82a registra, no espaço geográfico, o uso de dezoito variantes. A variante *manco* predomina em todo o Brasil, não existindo grandes particularidades no que diz respeito às capitais.

Mapa 16



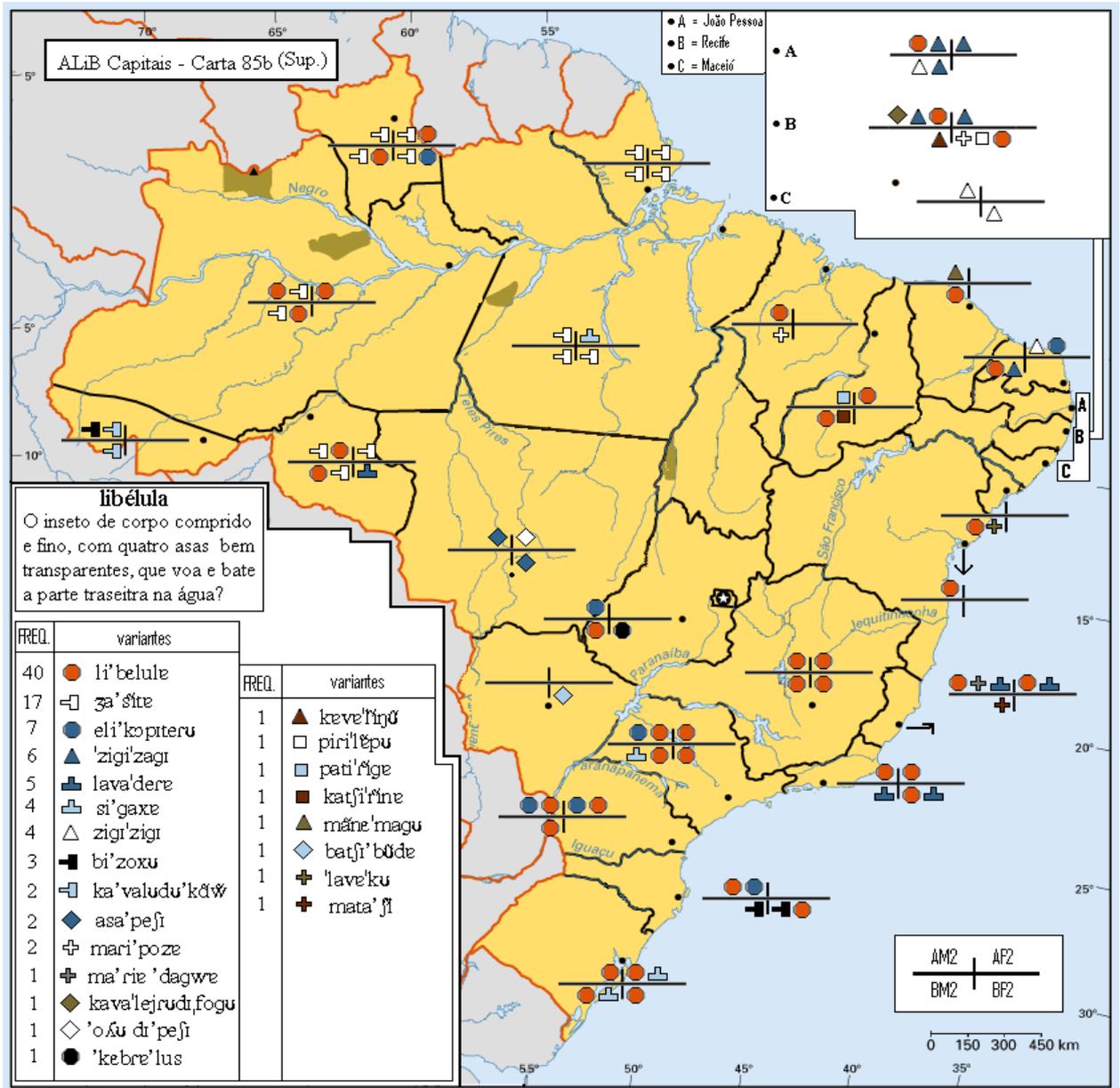
Na carta 82b, o número de variantes para o item lexical pesquisado, é dezesseis. Ainda prevalece, com maior frequência, o uso da variante *manco* em todo o Brasil. No entanto, vale destacar a forma *pernetá* que ocorreu apenas três vezes entre os informantes de nível fundamental, conforme a carta 82a.

Mapa 17



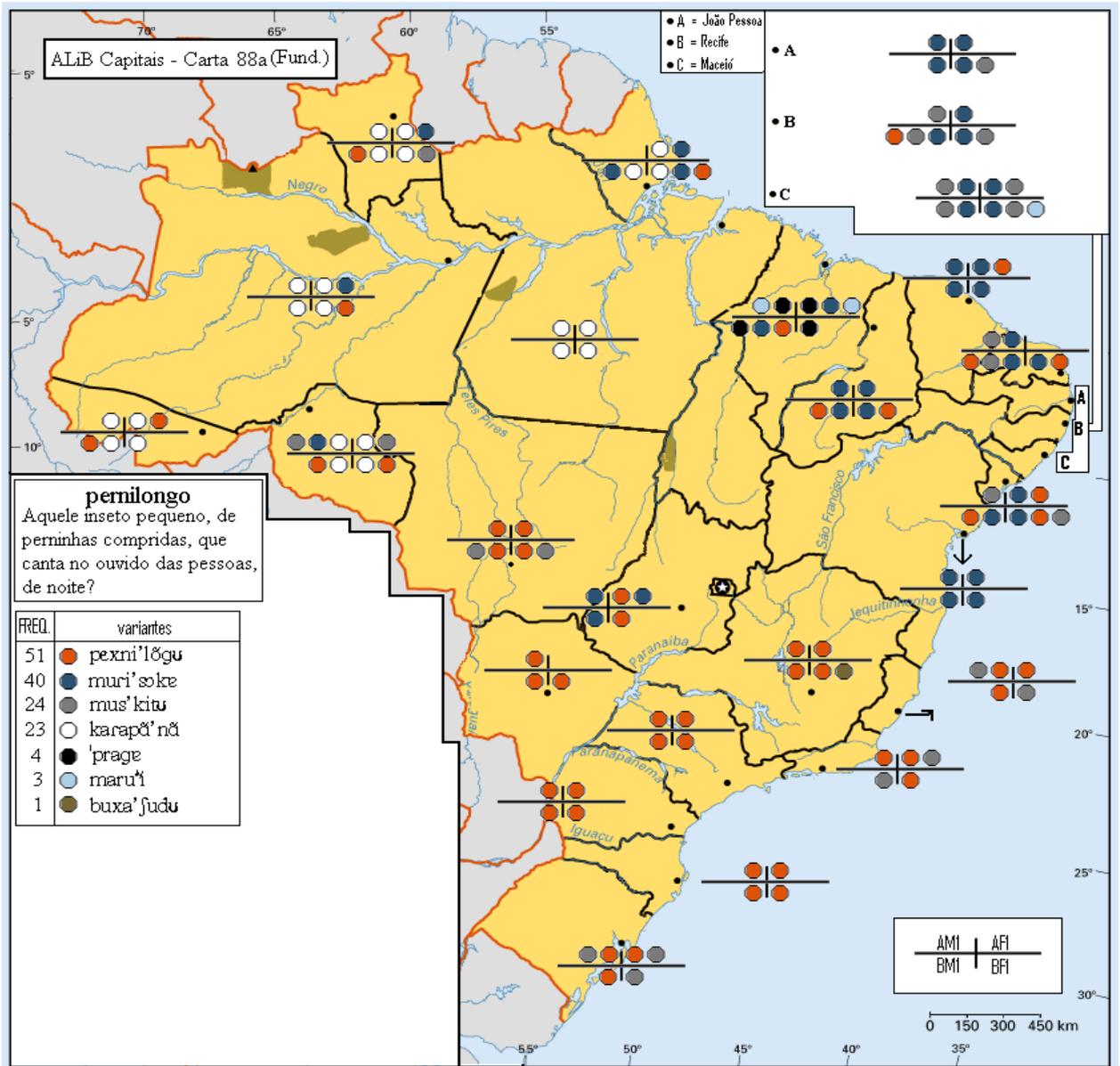
A carta 85a apresenta, dentre todas as cartas que elaboramos, o maior número de variantes: trinta e três. Esse fato a faz uma carta interessante. Diferentemente das outras cartas, não percebemos uma forma que se espalha por todo o Brasil. Nas capitais nortistas, é particular o uso da variante *jacinta*. Nas Nordestinas, observamos que a variante *ziguezigue* é bastante recorrente, embora não tenha ocorrido em São Luis, Teresina, Fortaleza, Salvador e Aracaju, nas quais se destacam respectivamente as formas *macaquinho*, *catirina*, *mané-mago*, *cavalinho*, *lava-cu*. Nas capitais do Centro-Oeste, Nas Sudeste e nas do Sul, não se destaca, com boa produtividade, uma forma particular. Porém, chama a atenção, em Porto Alegre, o uso de *cigarra*.

Mapa 18



Ao examinarmos esta carta, observamos que o número de variantes para o item lexical pesquisado ainda é alto: vinte e três. Nas capitais nortistas, ainda prevalece o variante *jacinta*. Nas nordestinas, o uso da variante *ziguezigue* diminui, passando a ser mais comum o uso de *ziguezague*. Vale dizer que essas formas são muito próximas. Além disso, dois fatos se destacam: a ocorrência da variante *libélula*, que na carta 85a aconteceu somente duas vezes: uma em Belo Horizonte e a outra em São Paulo e o maior uso da forma *helicóptero*.

Mapa 19



Na carta 88a, registramos a ocorrência de sete variantes. No Brasil, não verificamos a dominância de uma variante, como a que vimos, por exemplo, nas cartas 82a e 82b. As capitais nortistas se particularizam com o uso da variante *carapanã*. As nordestinas se caracterizam com o uso da variante *muriçoca*, que também apareceu nas capitais de outras regiões, com exceção das capitais do Sudeste e das do Sul. Nelas, e, também, nas capitais do Centro-Oeste, prevalece o uso da forma *pernilongo*. Ressaltamos, ainda, a ocorrência da variante *mosquito* nas capitais litorâneas e da variante *praga* especificamente em São Luis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do léxico nas capitais brasileiras, exposto por meio das cartas linguísticas, demonstrou a vitalidade da língua portuguesa no seu espaço diatópico. Assim, a variação lexical a qual chegamos reforça a eficácia do método geolinguístico, já que somente o questionário ou observação participante permite a coleta das diversas formas lexicais.

Nessa perspectiva, então, chama a atenção, nas cartas pertencentes a este trabalho, a quantidade de variantes não dicionarizadas. Na carta 39a, referente ao nível fundamental, por exemplo, são registrados 33 nomes para jacinta, o item lexical pesquisado. Consultamos Ferreira (2000) e vimos que, desse total, somente o nome *libélula* encontra-se dicionarizado, com sentido real do termo.

Algumas formas, ainda, como *avião*, *helicóptero*, *bate-bunda*, *lava-bunda* são usadas quando se compara a forma do inseto com esses transportes e, nos dois últimos casos, pelo movimento que o bicho faz quando pousa na água, demonstrando a criatividade do falante. Outras, como cigarra, *jacinta*, *mariposa*. estão dicionarizadas, mas com outro significado. Também existem aquelas que não estão dicionarizadas e que, por não estabelecer nenhuma relação com a variante padrão, nos deixam curiosos como *macaquixo*, *catirina*, entre outros.

Portanto, a pesquisa sobre o léxico é importante em dialetologia porque, de um lado, nos possibilita conhecer e registrar as diversas formas que constituem a diversidade lexical da língua portuguesa, bem como a distribuição dessas formas no espaço geográfico. Neste trabalho, por exemplo, conseguimos perceber uma tendência na qual se verifica a concentração, de alguns dos itens lexicais pesquisados, em três áreas lingüísticas distintas: o Norte, o Nordeste e o Sul.

Por outro lado, contribui para o ensino de língua portuguesa, haja vista a necessidade de os professores de língua materna conhecerem a riqueza do léxico dessa língua para que possam propor, em sala de aula, atividades que superem o simples exercício de substituir palavras. Somente assim, o trabalho com a língua será completo: a partir do momento em que for considerada em suas dimensões diatópica, diacrônica, diafásica, diastrática, diagenérica e diageracional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NASCIMENTO, Anderson Cidade do. *Variação Lexical em 21 Capitais Brasileiras*. Monografia – UFPA. Belém-Pará, 2008

BRANDÃO, Sílvia F. *A Geografia Linguística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística – uma introdução crítica*. 3ª ed. São Paulo: Parábola, 2002.

CARDOSO, Suzana A. M. *A dialetologia: trilhas seguidas, caminhos a perseguir*. In: Revista Delta. Vol. 17. São Paulo: 2001.

_____. *A dialetologia no Brasil: perspectivas*. In: Revista Delta. Vol. 15. São Paulo, 1999.

_____. *Divisão dialetal*. 2009. Disponível em: < <http://www.alib.br/divisãodialetal.asp>>. Acesso em: 14 abr. 2009.

COSTA, Céliane Sousa. *Variação Lexical no Nordeste do Pará*. Monografia – UFPA. Belém-Pará, 2005.

ELIA, Sílvio. *A língua portuguesa no mundo*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *O minidicionário da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000

FRREIRA, C & CARDOSO, S. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

ISQUERDO, Aparecida Negri; OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de. *As ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. 2ª ed. Campo Grande, Ms: ed. UFMS, 2001.

MONTEIRO, José L. *Para compreender Labov*. 2ª ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000.

RAMANZINI, Haroldo. *Introdução à Linguística Moderna*. São Paulo: Ícone, 1990.

RECTOR, Mônica. *A linguagem da juventude: uma pesquisa geo-sociolinguística*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1975.

RODRIGUES, Alfredo Maciel. *Breve histórico da geografia linguística*. 2007. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/revista/artigo/4\(10\)42-53.html](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/4(10)42-53.html)>. Acesso em: 14 abr. 2009.

Atlas Linguístico do Brasil: Questionários 2001/ Comitê Nacional do Projeto ALiB. – Londrina: Ed. UEL, 2001.

<http://www.alib.br>